



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BANESPA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 001411/01	DATA: 22/11/2001
INÍCIO: 10h50min	TÉRMINO: 14h40min	DURAÇÃO: 3h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h46min	PÁGINAS: 113	QUARTOS: 23
REVISORES: AMANDA, DEBORA, ESTELA, J. CARLOS, LETÍCIA		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: MÁRCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
--

MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil.
--

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis; Há intervenções inaudíveis; Há intervenções simultâneas ininteligíveis; A reunião esteve suspensa por alguns minutos.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 21ª reunião desta CPI. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 20ª reunião a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO KINCAS MATTOS – Sr. Presidente, sugeriríamos que se dispensasse a leitura, pois é do conhecimento de todos já a ata da reunião de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Kincas Mattos, de São Paulo. Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Quero comunicar que o Deputado Julio Semeghini justifica sua ausência a esta reunião, em virtude do falecimento do Prefeito de sua região — e também meu amigo pessoal —, do Município de Jales, São Paulo, o Sr. José Carlos Guisso, que foi vítima de acidente de trânsito nesta madrugada. Ordem do Dia. Audiência pública para tomada de depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Manoel Lucívio de Loiola, Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil. Convido o Sr. Manoel Lucívio de Loiola para tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 18, do Deputado Lamartine Posella, aprovado em 17 de outubro próximo passado. Quero lembrar que cada Deputado inscrito para fazer suas indagações terá direito à réplica e à tréplica, assim como terá o depoente. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha. Portanto, solicito ao Sr. Manoel Lucívio de Loiola que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito que todos fiquem de pé, para ouvir o juramento.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, quero advertir o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal brasileiro: “Art. 342 - Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”. A pena é reclusão de um a três anos e multa. Com a palavra o Sr.



Manoel Lucívio de Loiola por até vinte minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Bom dia a todos. Meu nome é Manoel Lucívio de Loiola. Ingressei no Banco Central do Brasil em 1976, mediante concurso público, no cargo de advogado. Aposentei-me em março de 1977, no cargo de Suprocurador-Geral. Em seguida, fui contratado no cargo de Assessor Especial, onde permaneci até maio de 1999. Hoje, ocupo o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Só isso, Sr. Presidente. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor, em 1995, era o que exatamente?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Em 1995, eu era Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil, salvo engano, Deputado. Eu não tenho certeza, mas eu tenho anotações. Se me permitir...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É a informação que eu tenho, mas, se o senhor quiser olhar aí, para a gente ter certeza... *(Pausa.)*

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente, Deputado. Subprocurador-Geral, responsável pela coordenação das comissões de inquérito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qual é a função do Subprocurador-Geral do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O Subprocurador-Geral, ele substitui o Procurador-Geral, ele processa toda a análise jurídica, a defesa judicial dos interesses do Banco Central do Brasil. Existe um regimento interno, umas normas internas que dão todas as atribuições do Subprocurador-Geral. Na época, se me permite, existiam três subprocuradores, com áreas distintas, certo? No meu caso, eu estava responsável pelo contencioso judicial de todo o Brasil e responsável pela coordenação de todas as comissões de inquérito de que trata a Lei 6.024. E as RAETs também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só? A gente pode continuar aqui. O Subprocurador, ele se reporta a quem?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ele... Não há uma vinculação. De fato, não há, mas, de direito, seria ao Procurador-Geral. Mas a gente se reportava, no caso, como o serviço era muito, a gente se reportava quase que diretamente à diretoria do banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Direto à...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Direto (*ininteligível*). Determinadas áreas específicas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Sr. Verzola era subordinado do... Ele era hierarquicamente vinculado ao senhor, ao Subprocurador, ou não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não. O Sr. Verzola era integrante da Delegacia Regional de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E ele tinha que, obviamente, ou não encaminhar ao senhor pedidos de orientação.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deixa eu separar: como servidor, não, mas, como integrante de comissão de inquérito, todos tinham que... Eu era o supervisor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor era o supervisor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu supervisor de todas as comissões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qualquer dúvida que eles tivessem....

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu é que orientava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... eles se reportavam ao senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente. E supervisionava todas as comissões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ele encaminhou uma carta à... Uma carta solicitando o Conselho Diretor. O senhor viu essa carta... Ele perguntou se deveria mandar essa carta?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi por orientação minha.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que mandou essa carta.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Que mandei que cobrasse atitude do Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tinha vínculo com a comissão de inquérito. Não tinha nada a ver com o Conselho Diretor.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Conselho Diretor nada, nada, nada.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nada a ver com o senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nada. Totalmente separado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor teve alguma participação na escolha do Sr. Verzola?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nenhuma na presidência da comissão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nenhuma. Não, não tinha, porque nem conhecia os integrantes. Não conheço. Quando eu me apresento...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A diretoria escolhe, e o senhor...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Apresentando, se existir, como, acho que nunca aconteceu, de existir algum veto, poderia avisar que não... Mas não era o caso. Nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quantas comissões de inquérito existiam naquela...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Naquela época? Ah, eu não posso precisar, mas deviam ser umas... Nunca era menos de trinta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Trinta?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Trinta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o salário?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Salário... *(Riso.) (Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor estava acompanhando esse problema do balanço?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deputado, deixa só eu fazer um pequeno esclarecimento, para conduzir suas perguntas, para poder melhor responder suas perguntas. Eu orientava as comissões de inquérito para que... Elas tinham que se valer, para que... Tinham que valer de algum documento, para que pudesse justificar aquela estimativa de prejuízo no seu relatório. Então, eu dizia: "Procure os liquidantes, os interventores ou o presidente do Conselho Diretor, para se valer daquele prejuízo, daquele valor da situação patrimonial da empresa."

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Prejuízo ou lucro *(inaudível)*.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ou não. Exato. É. Então, nesse caso do balanço, não havia balanço no caso do BANESPA. Então, eu disse, para que... Tinha que se valer... Eu falei: “Mas por que que não está havendo?” “Não, não existe balanço para publicar, não foi elaborado o balanço.” Então eu orientei, falei: “Você se documente, faça formalmente, certo, para que...” Eu não podia, não tinha como (*ininteligível*). Não posso pedir ao Conselho Diretor para que faça ou não o balanço. Mas a comissão pode pedir, é atribuição dela.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor estava acompanhando, obviamente, pela função...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não acompanhando, eu sabia... Ele “olha, eu não tenho o balanço”.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eles tinham que reportar...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tinham que se reportar, exato.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... para o senhor, e o senhor estava dando as diretrizes...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – “Formalize.” Exatamente. Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...que deveriam ser seguidas.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exato.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, só o BANESPA não tinha o balanço ou os outros bancos tinham o mesmo problema?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, teve várias hipóteses de não ter balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Outros bancos...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Teve, bancos, corretoras. Eu presenciei várias. E várias hipóteses de ex-administradores que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não... Tudo bem, de ex-administradores, sim, mas quando se entrava em intervenção...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Era a impossibilidade de fazer balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando os interventores entravam na administração, eles sempre faziam o balanço.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sempre, sempre, sempre. Mas teve...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – No caso do BANESPA é que teve um atraso.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É. E teve outros casos também que, por impossibilidade física, às vezes, ausência de documentos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sumiram com...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – ... sumiram com os documentos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E não era o caso do...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não era o caso do BANESPA. Pelo menos, eu não soube disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E, desde quando o senhor veio acompanhando, eles vieram reportando para o senhor o problema do balanço?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, eu confesso que eu não sei a data certa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não, tudo bem, mas foi logo desde o começo...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não, não foi no começo, não. Não, não foi. No começo não... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A carta que eles mandaram foi datada de 29 de maio.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor vê, então, foi... Deve ter sido a segunda etapa da comissão, exatamente, não é?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor primeiro teve a cobrança verbal...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não... É... Exato, a orientação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eles chegaram a reclamar para o senhor: “Olha, a gente está cobrando, e eles não mandam.”

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aí o senhor falou...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – “Formalize.” “Formalize.” Exatamente. “Formalize.”



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, ele falou para o senhor desde quando eles estavam cobrando isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não. Não lembro. Confesso que eu não lembro. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor se lembra exatamente quando foi que o senhor tomou conhecimento oficial do problema do balanço? O senhor não se lembra.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não me recordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quais as providências que o senhor tomou?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sobre o balanço? Eu orientei para que formalizasse.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Formalizasse?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Formalizasse a cobrança.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor chegou, em algum momento, a propor para ele ou para a comissão que eles elaborassem o balanço?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não balanço. Deixe eu só fazer um adendo. Balanço... Aliás, eu orientava que eles não fizessem balanço, por conta de uma determinação do Conselho Regional de Contabilidade. Eles não são contadores e não poderiam assinar balanço. O que eu orientei foi que ele mesmo fizesse a estimativa, que a lei autoriza, manda que faça a estimativa dos prejuízos, baseado nos documentos que estivessem à mão, junto ao Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que que eles não fizeram?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não quis assumir.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas não é obrigação da comissão? O que eu entendo... Vamos ver se eu estou errado aqui, até para eu não criar injustiça. O que eu entendo é que a comissão de inquérito, ela vai lá para apurar. E o Conselho de Administração vai lá para administrar. Então, ela não poderia depender de alguém que estava administrando, ela tinha que ter uma total independência, inclusive em relação a números que ela acreditasse, que não necessariamente precisariam ser iguais ao Conselho de Administração. É assim que eu devo entender?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Por isso que a lei, sabiamente, diz “estimativa”. Só que eles têm que estimar e têm que dar os parâmetros a que ele chegou àquele resultado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então a...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu orientei, falei: “Você faça como manda a lei.” Só que ele disse que não: “Eu me recuso, eu me recuso a fazer por conta e risco da comissão.” Eu falei: “Então, é problema de vocês, ponham no relatório.”

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, ele disse para o senhor que se recusava...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Recusava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... a cumprir a lei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu não digo cumprir a lei, fazer do jeito que eu falei para ele. Ele falou assim: “Doutor...”

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor estava falando alguma coisa fora da lei?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, ele estava descumprindo a lei, não é isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não. Aí é conclusão do Relator. O senhor me desculpe, mas... Eu só diria que não cumprisse a lei se ele formalizasse o relatório dizendo que não fez porque ele não queria assumir o risco. Aí ele estaria descumprindo a lei. Mas não chegou a tanto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o senhor chegou a levar o assunto ao conhecimento do Dr. Cláudio Mauch, do Dr. Alkimar Moura, do ex-Presidente Pêrsio Arida, do Dr. Gustavo Loyola ou de outras pessoas e também de outras pessoas?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Levei. Levei à diretoria do Banco. Foi quando estava para terminar, já nos... Eu acompanhava, eu tinha um cronograma das comissões. Então, chegou no lado vermelho, que era para atenção máxima, quando surgiu que ele disse que não ia fazer e que ia levar em conta a empresa com o relatório como superavitária, certo? E eu falei: “Tudo bem, é um critério, você que faça.” E eu levei, então, o fato ao conhecimento da diretoria, que não estava...



Que a comissão faria um relatório por culpa do Conselho Diretor, que não estava dando para ele os elementos e o balanço e tudo o mais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, vamos lá. Quando eles falaram o problema para o senhor, o senhor falou: “Mande uma carta, deixe oficializado o problema.”

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É. Para o Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E, imediatamente, nesse momento, o senhor ligou para a diretoria.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não, não, não, não. Foi depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Bem depois.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Ah, bem depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora, quando o senhor disse que eles não fariam o relatório por conta de que não existia o balanço feito pelo Conselho, o senhor também ali não estava fugindo da... Ou exigindo que o Conselho de Administração fizesse um papel que era da comissão? Porque a comissão tinha que estimar, ela não necessariamente precisava ter o balanço da comissão para fazer o...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, a lei determina que o liquidante, interventor, o Conselho Diretor assim que assuma — não determina prazo —, assim que assuma realize um balanço. Em razão dessa determinação, dessa presunção legal...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ela não determina prazo, mas o senhor, como jurista, obviamente, sabe que a Lei das S.A. determina que seja, de quatro em quatro meses, feita a reunião dos acionistas e trinta dias antes dessa data se apresente o balanço do banco. Portanto, o prazo falho de uma lei, obviamente, ele recorre à outra, que é os três meses. Não seria isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Só que, como eu disse para o senhor, sabiamente a lei disse que se faça estimativa. Se faz estimativa, ele — ele, quando eu digo a comissão, os integrantes da comissão — que se valha dos elementos existentes àquela hora para poder fazer e faça o demonstrativo. Nesse momento, quando eu não tinha, eu não posso, nunca poderia, eu, como Subprocurador do Banco, entrar, determinar que o Conselho Diretor fizesse o



balanço ou não. Por isso que existia... Eles estavam vinculados diretamente ao Departamento de Administração — DEPAD na época, que controlava essa parte.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora, a estimativa eles já disseram que tinham. Se não me engano, nos seus depoimentos que prestaram aqui, a estimativa eles tinham. A discussão era se colocavam a dívida de São Paulo em crédito e liquidação ou não.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Exato. Só que, no caso da estimativa deles, eles tinham um parâmetro, eles tinham um parâmetro para poder chegar àquele valor que chegava como superavitário, certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que era positivo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Positivo. Esse, em razão da ausência desses dados. Eu disse: “Como é que está?” “Não, existe uma promessa, existe uma intenção de colocar em crédito e liquidação esse valor e vai alterar substancialmente o resultado.” Eu falei: “Tudo bem. Se nós vamos fazer isso, ou vocês chegam a esse resultado, que isso é problema de vocês. Se vocês chegarem... Que chegou superavitário em razão da ausência, aí é comigo, eu vou dizer se vai ou não vai fazer esse balanço. Agora, se vocês chegarem ‘não, deficiência, porque eu estou fazendo, estou me valendo daqueles dados e eu estou simplesmente, daqueles dados, chegando a essa conclusão que vai ser deficitária’, desde que esteja justificado (*ininteligível*) vamos ver, no caso’.”

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, eles também tinham a opção de parar ali onde eles estavam e falar: “Olha, nós temos insuficiência de dados. E, se os dados tais vierem assim, dessa forma, o balanço é negativo. Se continuar da forma que está, o balanço é positivo.”

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Poderiam, claro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eles poderiam ter... Eles não precisavam ter essa briga incansável com o Conselho de Administração para fazer o balanço.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Desde que estivesse devidamente justificado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eles tinham como cumprir o seu papel sem ter todo esse desgaste processual.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeitamente. Perfeitamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor quer dizer que o Conselho Diretor foi omissos ao não apresentar o balanço em noventa dias.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não disse... O senhor me desculpe, eu não estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu estou perguntando.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, mas eu não digo que estão omissos, eu digo que não apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Bom, se a lei diz — o senhor é advogado —, se a lei diz e dá o prazo e não se cumpre o prazo, isso não é omissão? É, no mínimo, negligência.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não estou... Eu não vou, o senhor me permita, eu não vou fazer adjetivos. Eu digo que não cumpriu aquilo. Agora, a conclusão, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não cumpriu a lei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não. Nós sabemos que quem não cumpre a lei, no mínimo, prevarica.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Mas aí a conclusão não é minha, eu me permito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, não, deixa eu entender, eu quero agora... Eu já tinha entendido, mas o Presidente voltou ao assunto e ficou agora duvidoso. Existe uma lei que, imediatamente, tem que se fazer o balanço, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tá. Que é a lei que fala sobre as intervenções, as liquidações, enfim. Certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E existe a Lei das S.A., que, essa sim, estipula o prazo para todas as sociedades, não é isso, que é a cada quatro meses se fazer a reunião, e o balanço deve ser apresentado trinta dias antes da reunião dos acionistas, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Portanto, o prazo máximo que existia, mesmo que a outra lei, das intervenções, não colocasse o prazo, era de noventa dias, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Conclusão lógica.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não é? Uma conclusão lógica. Então, é óbvio, não cumpriram o prazo legal. O senhor, quando falou com o Dr. Gustavo Loyola, Dr. Mauch, Alkimar, enfim, com todos aí que o senhor conversou, o senhor solicitou alguma orientação para eles, verbal ou escrita?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum. Não, não. Na época...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor falou o quê?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - ... eu só comuniquei. Eu falei: "A comissão está com dificuldade, em razão da inexistência de balanço." Agora, isso foi a primeira fase. Quando teve uma outra fase...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quando que foi, mais ou menos? O senhor não precisa dizer dia tal, tal, tal.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não lembro. Estava no fim. Deixa eu explicar. Estava no...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma estava no meio e a outra...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, estava no fim do prazo da comissão, quando...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que era quando? Quanto tempo tinha a comissão de prazo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Mais de mês. Mais de mês. Eu lembro que era mais de um mês. Deixa eu explicar por que mais de um mês. Porque têm aqueles prazos de apresentar alegações, depois tem que fazer o relatório final. A gente controlava. Quando chegava no meu controle, eu colocava um mês antes, noventa dias ou, no caso, 210 dias, que era o prazo fatal para mim, para cobrar à comissão. Aí eu cobrava à comissão, certo? Depois disso, foi quando eu estava... Quando eu recebi um relatório, que seria um projeto de relatório, que seria superavitário, certo, porque eu pedi: "Manda para mim, então, esse esboço preliminar."

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foi o preliminar (*ininteligível*).



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Preliminar. Exato. Eu recebi e foi quando... Aí foi uma outra fase, que eu cheguei para a diretoria e falei: "O relatório está aqui, vai chegar dessa forma aqui." Foi quando a diretoria disse: "Então, vamos conversar com o pessoal da comissão."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, pela lei, a comissão não tem plena independência para fazer o seu relatório?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não tem independência?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, o que é isso? Por favor, me permito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, o senhor me diga onde é que está...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Digo. Está na lei. A lei diz "o Banco Central do Brasil". A comissão é o Banco Central. A independência dela é relativa e a autonomia é relativa, não é completa. Certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não é como o Ministério Público, por exemplo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor está contrariando o depoimento do Sr. Gustavo Loyola...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, o senhor me desculpe, eu contrario todo mundo, eu estou com o que está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... do Sr. Alkimar Moura...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Lamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... e de todos os outros que estiveram aqui, inclusive os membros da própria comissão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Lamento. Lamento. Isso é o meu... Sempre eu fui coordenador de comissão exatamente porque ela não tem autonomia e (*ininteligível*) autonomia que tem toda... Ela não pode fazer o que quer. Seria, o



senhor me permite, seria uma incongruência com autonomia e liberdade ter um supervisor. Para quê? Supervisionar o quê?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Me permite, Sr. Relator? Acho que há uma contradição. Primeiro, há uma contradição em relação aos depoimentos. Segundo, que a supervisão, ela não pressupõe um caráter mandatário. Você pode supervisionar, por exemplo, o trabalho da comissão e, para isso, não estar excedendo a lei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Exatamente. Então a autonomia dela, do ponto de vista do caráter de inquérito, ela tem autonomia para apurar, desde que apure dentro da lei e que obedeça os critérios normativos legais para fazer sua apuração. Ou seja, a diretoria do Banco Central não pode determinar qual deve ser o resultado da apuração.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, mas ninguém está falando isso. O que eu disse é que é uma supervisão...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Para esclarecer que o Ministério Público tem autonomia constitucional, e o procurador, individualmente, é autônomo. Do ponto de vista de uma comissão de inquérito, ela tem autonomia para fazer a apuração dos fatos próprios de inquérito, da sua investigação. O que ela não pode é fazer essa apuração com base em elementos que não sejam os que vêm dos normativos ou das leis que se referem à atividade bancária. O senhor pode dizer se concorda ou não concorda com essa minha explicação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Se me permite, eu discordo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pois não. Gostaria que o senhor explicasse.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Pois não, vou explicar. Isso aqui era o meu trabalho. Certo ou errado, é o que eu fiz durante acho que seis anos isso. Certo ou errado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor ainda faz isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu saí, já saí. Comissão de inquérito é dentro da lei, óbvio. E há uma presunção que eu estava fazendo também dentro da lei. Eu não vou dizer aqui, numa Comissão, dizer que eu estava fazendo contra a lei, é óbvio. Então, dentro da lei, só que o entendimento deles eles estavam



comentando. Era muito comum, muito comum a comissão enveredar para a apuração de crimes, apuração de ilícitos administrativos, quando a gente diz: “Por que que tal prazo? Você quer o prazo por quê?” “Ah, porque eu tenho que ouvir fulano de tal.” “Para quê?” “Para apurar ilícito.” Aí é onde eu digo que não tem autonomia. “Você não pode fazer isso.” “Por quê?” “Não é papel da comissão de inquérito ficar apurando crime, ficar apurando ilícito administrativo. O que você tem que fazer é as causas da queda e apurar eventual prejuízo.” Então, eu conduzia, colocava nos trilhos a comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E para isso ela tem autonomia.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Dentro da lei, evidentemente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Dentro da sua competência estrita de apurar as razões...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Claro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... pelas quais determinado banco sofreu intervenção, entrou em processo de liquidação, ela tem total autonomia nesse sentido. Dentro da lei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Dentro da lei, dentro da lei. Agora, quem é que vai dizer que ela está no trilho ou não?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Para mim está claro, para mim está claro. A supervisão que o Banco Central exerce é nesse sentido. Então, para mim, manter o que estava anteriormente. A comissão, do ponto de vista, para apurar a situação efetiva do BANESPA, Sr. Relator, Sr. Presidente, mantém... Acredito que agora, esclarecido, não há contradição entre o que disse o Dr. Alkimar, o Dr. Loyola e o que está dizendo o Dr. “Loiola 2”. Está certo? Porque, na verdade, na verdade, do ponto de vista do trabalho intrínseco da comissão...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por que esse Loiola não pode ser o 1?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pode ser o 1, pode ser o 2. É só para efeito de ordem cronológica de depoimentos.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - *(Ininteligível.)* sempre brincava, Loyola bom e Loyola mau. Eu sou o bom porque nunca fecho o banco. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Dr. Manoel.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Dr. Manoel. É mais fácil. O Dr. Manoel deixou claro o seguinte: existe a possibilidade da supervisão, para evitar que a comissão exceda o seu papel ou que pratique ilegalidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Relator, a pergunta que eu faço é a seguinte: esse relatório preliminar foi remetido ao senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Exatamente a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o senhor o submeteu a...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, levei a conhecimento do... Agora, não sei se foi toda a diretoria... Aos diretores.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Teria sido naquela reunião? A minha pergunta é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não, não, eu só gostaria de terminar. O senhor levou ao conhecimento da... O senhor tomou conhecimento desse relatório e levou ao conhecimento da diretoria.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Ao conhecimento da “diretoria” — entre aspas —, porque não estavam todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, o que eu pergunto ao senhor — e é essa a minha dúvida — é o seguinte: a comissão, concluindo, dessa forma, se ela enviasse o documento para o senhor, qual seria, pela inexistência de passivo a descoberto, o senhor poderia discordar...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Poderia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Poderia? O senhor poderia discordar e mandar de volta?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Mando. Mais de uma vez, foi feito isso. Mais de uma vez. Porque, exatamente, a questão dos parâmetros contábeis, que eu não entrava na parte contábil. Quando chega isso, eu mando uma parte para a parte contábil para examinar e a outra parte para um procurador examinar a parte legal. Questão de contabilidade, eles estão usando — em tese —, eles estão usando critério de regime de caixa, regime de competência. Isso aí eu fugia dessa discussão. Então, não está correto, mais de uma vez, mando que retorne para que faça dessa forma. Depois, quando está tudo o.k., que eu não entrava na parte



contábil e, na parte jurídica, examinava a parte jurídica. “Tudo o.k.?” “Tudo.” Aí nós fazíamos um parecer aprovando ou não e o submetíamos à diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer, o parecer — isso que eu gostaria de deixar bem claro — o senhor podia mandar de volta, pedir novas diligências, mas a mudança da conclusão seria um parecer do senhor submetido à diretoria...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... e aí a diretoria poderia reprovar o relatório.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, o senhor não podia mudar a conclusão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ah, então, é isso. Era isso que eu queria saber. O senhor não podia mudar a conclusão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Se está dentro dos padrões contábeis, dentro da legalidade, não há por que mudar. Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Perfeito. Quando o senhor falou com o Dr. Gustavo Loyola, Mauch, Alkimar, enfim, com a turma toda da diretoria do Banco Central, eles falaram o que para o senhor? Responderam o quê?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De posse desse relatório?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De posse desse relatório, eu mostrei, levei o relatório, quando eles pediram para que marcasse, e nós viemos conversar com a Comissão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E aí, então, que eles marcaram a reunião do dia 7?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É. O dia, eu não confirmo. Eu não sei se era o dia 7, realmente. Em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E que questão do balanço preocupava o Dr. Verzola?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Era um item que era exatamente primordial. Era a questão dos créditos, se eles levavam ou não para a liquidação ou não. Isso mudaria completamente o resultado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Só para ficar claro, Sr. Relator: quem é que pediu a reunião? Quem pediu essa reunião foi...?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Foi a diretoria. Eu, quando falo "diretoria", eu estou dizendo em tese...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Não, algum diretor pediu a reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - O que também é outro elemento importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Só para esclarecer: o senhor disse que quando o senhor mostrou o balanço, quando o senhor mostrou o relatório...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Mostrei o relatório e falei: "Se não sair, vai sair desse jeito".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - O senhor mostrou o relatório para os diretores?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Mostrei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Perfeito. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Essa questão do balanço que preocupava o Dr. Verzola preocupava também o senhor?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Desculpe, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum. Para mim era indiferente se ia dar positivo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por que é que preocupava a ele e não preocupava ao senhor, já que ele, na verdade, tinha que reportar para o senhor esse problema aí?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Olhe, Deputado, ele tem que dar... Ele tem que definir se há ou não prejuízo ou que é superavitário e dar os



parâmetros. Só que o que estava ocorrendo é que ele dizia: "Eu não tenho como dar positivo e não tenho como dar negativo, porque eu tenho que assumir". "Como, assim?" "Muito bem, porque se eu der negativo, eu é que vou ter a responsabilidade de desclassificar aqueles créditos, e não queria assumir; e para dar positivo, se eu ignorar isso, eu é que vou ter que assumir". Eu falei: "O problema é seu. Comissão de Inquérito é exatamente para isso. Você é que tem de fazer e tem que justificar". Por isso é que a preocupação seria dele, e não minha.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Aí o senhor, obviamente, falou com o Presidente... com a diretoria do Banco Central, não é isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E depois que o senhor falou com a diretoria do Banco Central, qual foi a orientação que o senhor deu ao Dr. Verzola e para a Comissão?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Falamos, como já repeti, já disse, falei sobre o... mostrei o relatório e pediram para que marcasse um dia para eles conversarem com a Comissão em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E eles marcaram de imediato?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De imediato. Quando eu liguei para o Dr. Verzola, foi marcado já; avisei para a diretoria, e acertamos pauta, direitinho, a agenda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o senhor, quando falou para ele que era para ele fazer a estimativa, o senhor orientou que ele podia também colocar e lançar a dívida do Estado em crédito em liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Falei. Exatamente. Falei: "Isso aí você é quem tem que decidir. Você é que é diretor". Ele falou: "Não, eu não vou assumir, e pronto".

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E ele disse que não ia assumir, mas...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Que não assumia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...era o senhor que orientava, por que ele não seguiu sua orientação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não posso dizer: Você faça isso ou não. Eu digo: "Cumpra a lei. A lei... Você que assuma, dê sua estimativa e seus parâmetros". (Pausa.)



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O que é que ele respondeu para o senhor, que ele não faria por quê?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Para não assumir, exatamente. Eu ficava com o ônus.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ele disse que respondeu para o senhor que, na verdade, essa era uma atribuição do Conselho Diretor e não dele, por isso é que ele...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Na opinião dele. Eu disse que não. Ele tem que assumir e justificar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ele fala, e ainda repete, o Sr. Antonio Carlos Verzola, no depoimento dele: "Não era minha atribuição. Eu disse que não concordava com aquilo — se querem que alguém faça isso, o senhor coloque outro em meu lugar. Não sou eu que vou dizer que tal dívida é de difícil liquidação ou não. Quem tem que dizer isso é o Conselho Diretor".

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Isso é opinião dele.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o que a lei diz?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Estimativa, e dê o critério. Ele poderia fazer e dar esse critério.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então ele, em tese, não cumpriu a determinação legal.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, ele não estava querendo cumprir. Tanto que depois ele cumpriu. Porque se chegasse isso num relatório, desse jeito, que ele não faria isso, voltava para ele cumprir.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou seja, ele foi forçado a cumprir?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não. Forçado, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Claro.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Numa discussão dessa aqui, eu só posso entender que ele não fez por prazer.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, ele tem que justificar. Ele não justificou. A justificativa dele é: "Não faço porque não tem balanço". E isso não é justificativa.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Onde está a lei e a base legal da proposta que o senhor fez para o Dr. Verzola, o senhor tem aí?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Lei nº 6.024, art. 41, salvo engano. Se me permite, eu tenho aqui a lei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Acho que eu tenho aqui também.
(Pausa.)

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É: "(...) procederá a inquérito, a fim de apurar as causas que levaram a sociedade àquela situação e a responsabilidade de seus administradores e membros"... Aí enumera o que ela pode fazer. E no art. 43: "Transcorrido o prazo do artigo anterior, com ou sem a defesa, será o inquérito encerrado com o relatório, do qual constarão, em síntese, a situação da entidade examinada, as causas de sua queda, o nome, a qualificação e a relação dos bens particulares dos que, nos últimos cinco anos, geriram aquela sociedade, bem como o montante ou a estimativa dos prejuízos apurados em cada gestão".

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora, o prazo já tinha sido vencido?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Da Comissão?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum. Era minha obrigação controlar esse prazo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por que o senhor não alertou o Presidente do Conselho Diretor sobre o problema de suas responsabilidades, em vez de fazer a proposta ao Dr. Verzola ou comunicar diretamente à Diretoria do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu já respondi a V.Exa.: não é atribuição do Subprocurador-Geral. Ele se reportava diretamente ao Chefe do DEPAD.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora, a informação que nós tínhamos é que o balanço levantado pelo Conselho Diretor já existia, só que, na verdade, até o momento, aquele balanço não colocava as dívidas do Estado em crédito em liquidação. O senhor tem informação disso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não tenho essa informação.
(Pausa.)



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O que nos dá impressão é que o Dr. Verzola, na verdade, tinha feito o seu papel, tinha colocado a sua estimativa e tinha fechado seu relatório, só que aquele relatório não foi aceito. Em não sendo aceito é que houve a reunião do dia 7, obviamente depois da informação que o senhor passou para a diretoria do Banco. Seria válido isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - De jeito nenhum. Se o senhor tem esse primeiro relatório, o senhor vê que ele não está... não tem assinatura. Foi um esboço de um relatório que eu, exatamente nessas grandes liquidações, eu já ia, para evitar análise que eram geralmente quarenta, cinquenta volumes, eu já ia mandando que fizessem já esse trabalho. Isso era simplesmente o esboço de uma das hipóteses, mas não tem assinatura — pelo menos o que eu recebi; não sei se V.Exa. tem aí com assinatura. Não tem assinatura, absolutamente. Certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora, esse... Se não me engano, não tem assinatura nem na cópia do final, que nós...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não tem. Não houve assinatura, porque não era um balanço, não era...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, em nenhum dos dois.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, o outro tem que ter. Tem, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O outro tem?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Tem, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Agora, o senhor entende, então, que a Comissão poderia, a seu juízo, lançar a dívida de São Paulo em crédito em liquidação...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Desde que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ...para fazer a estimativa dos prejuízos?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Desde que tivesse esses parâmetros e que fossem aceitos pela parte contábil, o que não era (*ininteligível*) jurídico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Ora, mas veja bem, baseado em que legislação que o senhor diz isso, já que o balanço tem que ser feito pelo Conselho Diretor?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É porque ele não tem que se valer do balanço. Eu acabei de ler aqui o art. 43, que diz estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sim, mas a Lei nº 6.024 estabelece parâmetros para lançamento de dívidas em crédito em liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - O que estabelece?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, a lei, eu vou dizer, o senhor me permite, somente o que diz respeito à Comissão de Inquérito, não é? A Comissão de Inquérito tem que apurar as causas da queda, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sim.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - E apurar o montante ou a estimativa dos prejuízos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Exato. Não, mas, veja bem...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - E tem que dar os parâmetros contábeis a que chegou aquele resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Mas, desses parâmetros, então, se tivessem lançado a dívida de São Paulo em crédito em liquidação, não haveria a reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não sei, talvez não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Não sei, não. O senhor é que levou...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Acho que não haveria razão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Se tivesse levado lá sem patrimônio a descoberto, não haveria?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Quer dizer que o negócio era lançar... Enquanto não lançasse e avermelhasse o balanço, ia fazer a reunião com o Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não. Eu não chego a essa conclusão. O que eu chego à conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Não, mas o senhor disse o seguinte: foi levada um relatório preliminar, que concluiu que não havia



passivo a descoberto, o senhor resolveu levar para a diretoria. A pergunta que eu fiz é a seguinte: se tivesse lá o passivo a descoberto, o senhor não levaria? O senhor acabou de responder que não.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não. Não levaria, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Não levaria?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não. Não levaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Está certo. Por quê? O senhor entenderia que estava adequado?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não saía da normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Hein?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Estava dentro da normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Como, dentro da normalidade? Quer dizer que o balanço positivo estava fora da normalidade?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Fora da normalidade, porque ele avisava assim: "Vai dar positivo porque eu não tenho o balanço. Se eu tiver o balanço, vai ser negativo". Isso é fora da normalidade. Isso é uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Mas ele não diz isso na carta que ele mandou ao senhor. O senhor está...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - O senhor leia, por gentileza. Tem muito tempo, vamos ler aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Vou ler aqui, vou ler aqui. O senhor quer ler?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Por gentileza, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Por favor. *(Pausa.)*

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, eu não vou lê-la toda, só o item 3, aqui. Não, o 2: "Persiste a situação de ausência do balanço relativa à data da decretação, cujo levantamento cabe ao Presidente do Conselho Diretor, na forma tal. Diante do quadro colocado no item precedente, o trabalho desta Comissão fica por ora prejudicado quanto à eventual atribuição de responsabilidade de dirigentes da instituição"...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Não, mas eu quero que o senhor leia inteira, por favor. Leia a outra parte. O senhor leia a outra página também.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Certo: "...porventura causados (art. 40), com base nas demonstrações financeiras de que se fala, restando a ela", a Comissão, "a possibilidade de trabalhar com estimativas, nos termos do art. 43 da Lei nº 6.024, procedimento que se nos afigura temerário, em face dos aspectos peculiares do caso BANESPA".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Leia o restante, por favor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - "Por outro lado, sabendo esta Comissão que a causa principal da iliquidez do Banco cinge-se às vultosas somas por ele direcionadas ao setor público, em especial ao Governo do Estado de São Paulo e suas empresas, dívida bancária objeto da renegociação de 1992", voto tal, "necessário se faz um posicionamento acerca do tratamento a ser dispensado quanto à dívida bancária paulista, tendo em conta os seguintes aspectos..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Então, vamos ler os aspectos, por favor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - "a) Em 30/12/94, o "cliente" (entre aspas) Estado de São Paulo não tinha a parcela da dívida renegociada em atraso (vírgula), objetivamente possível de inscrição" — possível de inscrição — "em créditos em liquidação. Naquela data, o último vencimento situava-se em 15/12/94. b) A parcela de 15/12/94 veio a ser liquidada nas rolagens da dívida mobiliária, trocas realizadas em 02/03/95, 15/03/95 e 30/03/95, respectivamente; a parcela vencida em 15/01/95 foi saldada em parte nas rolagens de 3/04/95, 17/04/95, 02/05/95 e 17/05/95, esta última cobrindo também uma parte da prestação vencível em 15/02/95. Permanecem em atraso parte das parcelas vencidas em 15/01/95, 15/02/95 e a totalidade das vencidas em 15/03/95, 15/04/95 e 15/05/95. Objetivamente, tal inadimplemento tornaria factível a inscrição das parcelas em crédito em liquidação, desde que consideradas como créditos de difícil liquidação, que possam ser efetivamente comprovados pela instituição financeira perante o Banco Central ou a critério deste, conforme previsto no item IX do art. 1º da Resolução nº 1.748/90..." Quer que continue?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Então, o que eu digo ao senhor é o seguinte: como é que com... O que eu digo é o seguinte: quer dizer



que se... O que ele está dizendo aqui é jogar a responsabilidade para a diretoria do Banco Central, na opinião do senhor?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Pelo que eu li, pelo que está escrito aqui, ele está jogando que o Banco Central do Brasil é que tem de declarar se é de difícil liquidação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Sim. Agora, veja que o item "a" fala que havia apenas um atraso de vencimentos, não é? Só para ficar caracterizado que nós estamos falando de 31 de dezembro de 94. Sr. Relator, desculpe tê-lo interrompido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor pode dizer-me exatamente para quem o senhor mostrou o relatório preliminar?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Me desculpe, eu não tenho a memória. Sei que deve... Eu não vou... A diretoria do Banco, quem estava, quem estava tratando diretamente era o Dr. Mauch que estava tratando, Alkimar... Eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, me desculpe, o senhor não lembrar de alguns aspectos, tudo bem. Agora, a quem o senhor levou o senhor tem...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu não lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, vamos fazer o seguinte: eu vou pedir ao Presidente para suspender a reunião por cinco minutos, porque acho que o senhor tem que fazer um exercício...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, o senhor pode suspender por duas horas, me desculpe...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não quer falar?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não quero falar? Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor está com medo de falar?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não. Deputado, não tenho medo. Eu estou aqui para falar, e prestei um juramento. Só que eu não estou lembrando para saber dizer se foi o diretor A, B ou C, eu não tenho... É por isso que eu digo a diretoria, mas sei que é uma composição.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu acho que o senhor não está falando a verdade. Acho que o senhor lembra, mas não quer dizer.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu falo a verdade. O senhor me desculpe; me desculpe. Eu estou aqui para falar a verdade. Não aceito que o senhor me diga que não estou falando a verdade. Aí é conclusão do senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não lembrar a quem o senhor mostrou um problema tão grave quanto esse...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, o senhor não pode me forçar, Deputado, por favor. Eu não lembro e me recuso a ser forçado a lembrar. Isso é coação. O senhor me desculpe, com todo o respeito que eu tenho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não estou entendendo o senhor, não. Então, quer dizer que quando eu pressiono o senhor para falar a verdade, contar o que aconteceu, o senhor vem aqui dizer que é coação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - O senhor, pelo que o senhor está fazendo, é coação. Me desculpe V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor acha que é coação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu estou aqui em uma CPI, e eu presumo que aqui dentro vão respeitar os meus direitos. Eu não estou aqui para ser pressionado, para ser batido na mesa, como V.Exa. está fazendo. Eu peço que V.Exa. me respeite.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não aceito que V.Sa. me desrespeite e faça uma colocação que não é minha! Eu não estou coagindo! Estou pedindo que o senhor se lembre a quem o senhor entregou o relatório! O senhor pode dizer que não quer responder!

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não digo que não quero; eu digo que não lembro, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu tenho todo o direito, se me sentir desrespeitado, de prendê-lo em flagrante por desacato.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Cumpra o seu direito, se for o caso, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu gostaria que suspendesse a sessão, a fim de que ele fizesse um exercício de memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Eu vou suspender a sessão por cinco minutos, para que os ânimos se acalmem e nós possamos continuar. Está suspensa a sessão por cinco minutos.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Nós vamos reabrir os trabalhos. Eu queria apenas e tão-somente dizer ao senhor depoente, Dr. Manoel Lucívio de Loiola, que, como V.Sa., advogado que é há trinta anos, sabe perfeitamente, V.Sa. não está obrigado a responder aquilo que V.Sa. entender que não deva fazê-lo. E também, evidentemente, o senhor tem toda a liberdade de dizer que eventualmente não se lembra de um ou de outro episódio; afinal de contas, nós estamos falando de sete anos atrás, não é? E eu apenas faço a pergunta... Vou fazer novamente a pergunta ao senhor, e eu espero que nós continuemos esta audiência dentro do clima de respeito, de cordialidade, principalmente porque todos nós aqui queremos o mesmo, que é a apuração da verdade. E o senhor tem demonstrado, nas suas respostas, que é um homem que está aqui pra honrar a verdade. Então, eu só peço ao senhor que... Eu sei que o senhor é um advogado experiente e conhece o assunto. Peço ao senhor apenas que fique tranqüilo, responda com tranqüilidade e com todo o respeito a esta Comissão, como o senhor tem feito até o presente momento. E que não haja mais nenhum problema dessa natureza. Eu só vou repetir a pergunta do Sr. Relator, que foi se o senhor se lembrava a quem o senhor, a quem da diretoria do Banco Central o senhor entregou, ou melhor, mostrou o relatório preliminar, que provocou... Exatamente o fato de o senhor ter mostrado provocou que a diretoria do Banco Central convocasse a Comissão de Sindicância. O senhor se lembra ou não se recorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não me recordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quem pediu para que o senhor marcasse a reunião com a Comissão de Sindicância?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - A Diretoria, cujo integrante eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor participou desta reunião do dia 7 de agosto, na sede do Banco Central em São Paulo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Participei.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Esta foi a reunião motivada pela entrega do relatório preliminar a um dos membros da diretoria do Banco Central, como o senhor se referiu anteriormente?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Só fazer uma correção. Eu não entreguei o relatório nessa reunião. Eu mostrei o relatório. Eu levei o relatório nessa reunião do dia 7, salvo engano... A revista está dizendo dia 7. Eu levei esse relatório para a reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - E esse relatório foi exposto na reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Foi exposto na reunião.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Foi exposto?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Foi exposto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quem o chamou pra esta reunião e por que lhe chamou?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - A diretoria — quando falo diretoria é porque não estou sabendo quem é o diretor — é que me pediu para que marcasse esse encontro com os integrantes da Comissão de Inquérito. E eu marquei, por intermédio do Dr. Verzola, e compareci, junto com a diretoria do Banco Central, nesta reunião.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que o senhor deveria estar presente nessa reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Como supervisor das Comissões de Inquérito e como também fui eu que levei esse relatório para mostrar à diretoria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor só ouvia a reunião ou o senhor chegou a se manifestar em alguns momentos dela?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu devo ter-me manifestado. Não vou dizer, não vou negar: devo ter-me manifestado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor foi questionado por alguém?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Fui, fui questionado. Fui questionado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por quem o senhor foi questionado?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não lembro. Pela própria Comissão, pelo... É uma reunião normal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Qual que era o questionamento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Certamente algum questionamento de aspectos jurídicos, o que que dá, o que que não dá. É o normal de uma reunião. Não tenho os dados, realmente, aqui do que efetivamente foi discutido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Outros depoentes disseram que o senhor não se manifestou em momento algum na reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Lamento, Deputado, mas eu me manifestei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, quem disse isso mentiu?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu estou dizendo que eu me manifestei. (*Risos.*) Eu não sei se... Eu me manifestei nessa reunião.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não se lembra exatamente por que o senhor se manifestou na reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não; eu não lembro. Não, pela... Sendo supervisor, em uma Comissão de Inquérito dessa envergadura, pela experiência, com certeza, eu me manifestei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Qual era a opinião do senhor sobre a questão do lançamento da dívida do Estado de São Paulo em crédito de liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - O senhor diz a opinião jurídica?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A opinião do senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não, Deputado, questão de juízo de valor eu não faço. Me desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E a sua questão jurídica?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Questão jurídica da legalidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sim, sim.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Ficava a critério do Banco Central do Brasil lançar ou não, reconhecer. É critério. É o que diz a resolução: critério dela.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que elas deveriam ser consideradas de difícil recebimento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, eu não sei, eu não sei os meandros, os dados, a parte contábil. Eu não sei.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quais são os aspectos jurídicos que levavam a crer que qualquer uma das duas posições poderiam ser decididas pelo Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Me permite? Porque eu não entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor disse que os aspectos jurídicos fizeram o senhor entender que o Banco Central poderia ou não colocar em crédito de liquidação. Quais são os aspectos jurídicos que levariam o Banco Central a poder colocar em crédito de liquidação e a não colocar em crédito de liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Se o Banco Central do Brasil, como diz a resolução, entende — ele é que diz —, entende que é de difícil liquidação, recuperação daquele crédito, ele pode determinar, pela resolução, que eu não sei o número do processo...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Resolução 1.748. Aliás...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Se tiver, podia até ler isso por mim, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sr. Relator, diz aqui no item 10 da Resolução: "Outros créditos de difícil liquidação, decisão do Banco Central"...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Desculpe, Deputado. Permita V.Exa? Porque esse aspecto, parece que tem uma parte que diz "a critério do Banco Central"...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - "A critério do Banco Central".

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito, perfeito. É esse o aspecto jurídico.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - "...outros créditos de difícil liquidação, que possam ser efetivamente comprovados pelas instituições perante o Banco Central do Brasil ou a critério deste."

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Aí que está o aspecto jurídico. Porque aí é... Se ele entende por bem ou não, é juízo de valor dele.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - A mesma Resolução diz: "créditos em liquidação vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, sem garantias..."

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Não era o caso desse crédito.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu não sei, eu confesso que eu não sei se estava vencido a mais ou não. Eu digo... É, eu não sei, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Estava vencido há quatorze dias.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - E se foi aí, é outro assunto que tem que analisar, não é isso? Eu não sei, eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Estava vencido há quatorze dias e tinha garantia, que era do Estado de São Paulo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Aí já tenho que examinar, que eu não sei esses dados.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - A mesma resolução fala quais são os critérios.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E na hipótese de ser quatorze dias de atraso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - É, eu tenho que me basear na resolução, que parece que ela determina um prazo que se não obedecer...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O prazo aqui é sessenta dias.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sessenta dias. Exato.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sem garantias.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sem garantias. Então, tem que seguir a resolução. Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Ou cento e oitenta dias, com garantias.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - "... que a juízo das instituições, ou a critério do Banco Central do Brasil, sejam consideradas insuficientes à cobertura do saldo devedor atualizado."

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Então — falando em tese —, se preenche esses requisitos, fica a critério do Banco Central. Agora, eu não sei o caso concreto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Nessa discussão, a razão fundamental era o fato de o Estado de São Paulo estar rolando o pagamento ou o fato de várias parcelas da dívida não terem sido pagas em 95?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não lembro, não dei parecer sobre isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas você participou da reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, reunião para dizer que é crédito em liquidação? Não. Quem decidiu, quando foi nessa reunião já estava decidido. As pessoas lá participaram: "Olha, vamos lançar de crédito em liquidação." Eu não participei da reunião. Isso eu não fiz.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - De que se tratou essa reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Essa do dia 7? Fomos ouvir os integrantes da Comissão, junto do relatório, e eles nos mostraram a dificuldade de... que não tinham acesso ao balanço. Então, a diretoria, porque, salvo engano — peço todas as vênias —, o Presidente do Conselho Diretor, salvo engano, alegava que não tinha uma ordem do Banco, alguma coisa. Foi quando eles disseram: "Não, pode fazer isso porque a ordem vai ser dada". Decidiu isso nessa reunião.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI — Isso a que o senhor se refere é créditos em liquidação da dívida do Estado de São Paulo com o BANESPA?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Perfeito. Que era o essencial, que mudava de positivo para negativo.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA — O senhor lembra quem sugeriu que fosse lançado?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Quem sugeriu?

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA — É, na reunião, quem sugeriu que fosse lançada a dívida do Estado em crédito de liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, Deputado, a reunião já estava... Nessa reunião, nós ouvimos a Comissão. A Comissão diz: "Eu não posso, eu tenho que fazer esse relatório x, que é superavitário, porque eu não tenho o balanço". Pergunto: "Por que não tem o balanço?" "Porque o Conselho Diretor disse que não pode fazer o balanço porque o Banco Central não lançou crédito em liquidação, porque está esperando uma ordem do banco." Estou resumindo. "Então, está. Se está dependendo dessa ordem, pode fazer isso, porque nós vamos dar essa ordem" — amanhã ou depois, não sei.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA — Mas quem fez essa sugestão?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Confesso a V.Exa. que não sei quem foi, A, B ou C. Sei que dos integrantes, com absoluta certeza, tem de ser diretor do banco.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Poxa, mas algo tão importante o senhor não lembra?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – A pessoa que se manifestou, o senhor não lembra?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não lembro. Para saber quem vai lançar ou não? Existiam — só para esclarecer a V.Exa. — dois diretores da área que tratava da liquidação e de RAET. Esses eu lembro, diretores. Um era o Dr. Mauch, que era da área de liquidação, e o outro o Dr. Alkimar, que era na parte do RAET.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Teria sido para um dos dois, então, que o senhor entregou o relatório?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Presumo que sim. Um dos dois. Porque, com certeza, um é da área...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Então, você lembra quem é, é um dos dois.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, um dos dois, mas não quem. Um dos dois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não sabe qual dos dois.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Qual dos dois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Fico muito feliz que a sua memória tenha sido reativada, mesmo depois...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Nesse dia, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... de uma desgastante discussão que eu tive com o senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - No dia anterior. Mas a pergunta era totalmente diferente, Deputado. A pergunta foi a quem eu mostrei o relatório. Agora, quem declarou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Fico muito feliz porque...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu fico satisfeito.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...voltamos a nos entender.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, nunca nos desentendemos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A revista **Carta Capital** publicou... Não, antes eu queria fazer uma pergunta ao senhor, para não ficar volta e vai. O senhor disse que a lei — o senhor até leu a lei —, que a Comissão de Inquérito poderia fazer um... Não é um balanço, mas uma estimativa...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Estimativa, dando os parâmetros.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... do valor, seja ele positivo, seja ele negativo, mas ela colheria dados e faria uma estimativa, ela não precisaria estar...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Vinculada àquele balanço efetivo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o balanço, na verdade, é um retrato real, não tem estimativa.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o senhor acha que o Conselho de Administração poderia dar valores aproximados ou o Conselho de Administração tem que fazer o balanço real do banco?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - A lei diz que é balanço. E balanço, estou presumindo que existem normas que regulam como se faz um balanço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou ler para o senhor uma carta do Presidente do Conselho Diretor: “Referindo a expediente a essa Comissão em que V.Exa. solicita posicionamento deste Conselho acerca dos demonstrativos financeiros do banco em destaque na data base de decretação do regime...” Demonstrações financeiras do banco é a mesma coisa de eu dizer balanço do banco, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu sou completamente leigo, me desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tudo bem. “A propósito, informo que o referido demonstrativo está em fase final de elaboração”... Ele coloca assim: ...“pela diretoria do Banco Central do Brasil, o que nos permite informar que a instituição em regime especial (...) passivo a descoberto de aproximadamente 4.248,3 milhões.” Ou seja, o Conselho de Administração não pode dizer aproximadamente. Quem pode dizer aproximadamente...



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... é a Comissão de Inquérito. Então, eu agradeço ao senhor a resposta. A revista **Carta Capital** publicou uma reportagem sobre a reunião do dia 7. O senhor não se lembra se no dia 7, mas todo mundo que veio aqui confirmou que era dia 7. Então, vou continuar citando o dia 7, porque a revista citou, os depoentes citaram. A revista publicou uma reportagem sobre essa reunião. O senhor teria participado do seguinte diálogo? O Dr. Alkimar diz para o Sr. Carlos José, Relator da Comissão de Inquérito: "Pode concluir o seu relatório incluindo a dívida do Estado em crédito em liquidação. Hoje mesmo vou mandar o ofício ao Feitosa" — interventor do Banco Central no BANESPA — "pedindo que ele faça o mesmo". Manoel Lucívio, Subprocurador-Geral, com ar de satisfação: "Então, vamos avermelhar, tornar o patrimônio líquido negativo." Esse diálogo ocorreu?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não. Tanto que eu processei o jornalista.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tem um processo contra...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Processei, fiz uma representação criminal contra o jornalista e contra a revista.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não houve nenhum diálogo nesse sentido?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Da minha parte, não. Eu não tenho poderes para mandar fazer, avermelhar, como eles estão dizendo aí. Pior ainda com ar de satisfação, como ele diz.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se não foi assim exatamente que ocorreu o diálogo, como é que foi o diálogo? O senhor se lembra que não foi assim, mas, então, o senhor deve se lembrar mais ou menos como foi.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não, não, eu lembro a revista, o que ela está dizendo, não a forma que ela está dizendo. O conteúdo foi mais ou menos isso; o conteúdo, foi.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, o conteúdo, foi. Não foi exatamente com as mesmas vírgulas.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não foi exatamente isso, com as mesmas vírgulas, com esse "ar de satisfação" ou que eu que mandei avermelhar.



Isso eu nego, acabou. Agora, que o diálogo, em linhas gerais, o que ocorreu foi isso que a revista retrata, realmente isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor vinha tratando há muito tempo com o Dr. Verzola...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só pela oportunidade, Sr. Presidente. O senhor que, em linhas gerais, foi esse o diálogo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Embora o senhor tenha contestado veementemente, com muita firmeza...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - A autoria dessa frase.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ... as duas alegações ao senhor: “avermelhar” e “com ar de satisfação”.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Exato. Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agora, o senhor confirma que essas pessoas que estão aqui retratadas estavam naquela reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Na reunião? Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E confirma que, em linhas gerais, houve esse diálogo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Em linhas gerais, sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Houve esse diálogo, em linhas gerais.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Em linhas gerais.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Portanto, fica bem confirmado aqui que o senhor tem esse depoimento de que, em linhas gerais, houve esse diálogo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Sim. Reafirmo, não tem problema.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor se manifestou, no parecer jurídico de que valeu a diretoria do Banco Central, para determinar que a dívida do Estado de São Paulo fosse transferida para crédito em liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não me recordo. Eu disse “não me recordo”. Não digo nem sim, nem não. Mas, se tiver, está no registro do Banco Central do Brasil.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Essa reunião teve uma ata?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Qual, essa do dia 7?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, eu não lembro de ter ata nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor está dizendo que se o senhor disse está nos registros.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, não, não. Deixa eu explicar para V.Exa. aqui. Eu estou — agora é dedução minha, porque não é em dois minutos que ele resolveu: vamos transformar essa dívida em crédito em liquidação ou não... Isso eu já havia falado antes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foi uma reunião que demorou um tempão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, isso eu falei foi antes. Dia 7... Com, no mínimo, uma semana antes eu já tinha mostrado o relatório. Então, essa reunião, se houve a manifestação para a decisão de fazer por crédito em liquidação ou não, isso foi uma decisão entre eles lá. Disso eu não participei. Agora, se houve parecer jurídico — se houve parecer jurídico — tem de estar registrado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor deu orientação jurídica ou minutou a carta dos diretores Cláudio Mauch e Alkimar Moura, que encaminharam ao Conselho? É a carta que acabei de mostrar para o senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tem conhecimento desse parecer?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Parecer...?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tinha conhecimento desse parecer, dessa carta?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não, não. A carta, que eu digo... Desculpe. Qual é a carta? Podia me dizer, por favor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Essa que eu acabei... *(Pausa.)*



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não tive conhecimento, assim. Confesso que não me lembro, não me recordo de ter... Tanto mais é porque era endereçada diretamente ao Conselho Diretor, que não era...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só uma perguntinha. Essa carta que foi assinada pelos dois diretores, Dr. Alkimar Moura e o Dr. Mauch, foi fruto de uma reunião de Diretoria do Banco Central, e ela foi orientada pelo Departamento Jurídico do Banco Central. O senhor não integrava os quadros do Departamento Jurídico?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não teve conhecimento que essa discussão ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não me recordo porque... Deixe-me explicar para o senhor, Deputado, desculpe interromper, mas tudo quanto fazemos, nós temos que formalizar um parecer jurídico. E isso é outra área. Essa aqui, nós temos três subprocuradorias-gerais, e essa área era a área de bancos. Essa parte mais de consultoria não era a minha. A minha era somente Comissão de Inquérito e feitos judiciais, certo? Agora, fora disso, não sei, pode acontecer, porque às vezes nós estávamos representando o Procurador-Geral, pode até ter um parecer jurídico e eu ter aprovado o parecer jurídico, mas eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor acha que essa decisão, então, ela deve ter...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Presumo que deva ter alguma manifestação jurídica.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Uma manifestação jurídica.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Jurídica. Presumo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não do seu Departamento....

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ... mas de outro Departamento. Qual seria o Departamento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deve ser (*ininteligível*) de normas, algum outro.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Como?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não um departamento, chama-se DEPAD, Departamento de Processos Administrativos (*ininteligível*)... Na época, acho que hoje já não existe mais esse Departamento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não existe mais esse Departamento.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, eu acho que houve uma reestruturação no banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Marcelo Barbieri, nós já recebemos a cópia da ata, que está sendo distribuída a todos os Srs. membros da Comissão. A ata, na verdade, traz como acolhido o voto dos Srs. Diretores de Fiscalização de Política Monetária: Cláudio Mauch e Alkimar Moura.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E nessa ata, Sr. Presidente, consta o parecer jurídico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Não consta parecer jurídico nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não consta parecer jurídico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, só a ata. E a justificativa, inclusive, foi utilizada para ...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Fazer a carta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ... fazer a carta.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas não consta nenhum parecer jurídico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A alegação de que haveria um parecer jurídico não está confirmada na ata, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não está confirmada na ata.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – E consta nessa ata somente os dois diretores: o Alkimar Moura e o

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, diz que consta o voto dos dois, assinado pelos dois, mas numa reunião de Diretoria de Banco Central, com todos presentes.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor está distribuindo essa ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Estou distribuindo. Está com o Deputado Berzoini e será distribuída a todos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Na verdade, não estando em ata o parecer jurídico, não significa que não tenha havido.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Claro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso é importante que...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas é que se tivesse constado que tinha o parecer jurídico, já facilitava nossa vida aqui na investigação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sugiro que a Presidência requeira parecer jurídico e os votos dos dois diretores citados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nós vamos fazer esse requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Porque, evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas no início...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...o Banco Central já poderia ter...
(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas agiu burocratimente, para retardar a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – V.Exa. vai verificar que no início da ata consta o nome de todos os diretores presentes à reunião, mas só tem exatamente o voto dos dois diretores.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Porque me parece que (*ininteligível*) o Relator, houve a citação de que foi aprovado conforme voto dos diretores de política monetária e fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Portanto, eles poderiam já ter remetido esses votos conjuntamente com essa ata. São partes integrantes para todos os fins da ata. A ata é o documento que registra o que ocorreu na reunião e os documentos que a motivaram. Portanto, requerer com urgência do Banco Central e solicitar que esse tipo de expediente seja atendido com mais cuidado e com mais atenção a esta CPI.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É muito importante, eu gostaria de fazer um comentário aqui, Sr. Presidente: às vezes, as pessoas acham que os inquisidores, eu ou algum dos colegas em algum dos momentos nos exaltamos, mas eu já participei de mais de uma dezena de CPIs e, obviamente, é uma maneira que existe em todas as CPIs a manifestação árdua entre aqueles que estão inquirindo naquele momento em que o depoente, de alguma maneira, tenta ou dá a impressão de fugir das questões que lhe são perguntadas, por algum motivo. Obviamente, são importantes as manifestações de firmeza, a fim de que sejam esclarecidos os fatos. O que, obviamente, nesse caso, nos foi muito favorável, porque o Dr. Loiola conseguiu se lembrar, não exatamente do nome, mas já reduziu a gama de diretores do Banco Central a dois: Dr. Alkimar e Dr. Mauch, a quem houve a relação com o relatório. Só para esclarecer que, em muitos momentos, às vezes, um jornalista ou alguém fica questionando o porquê da manifestação, assim, que é dada por algum membro e, muitas vezes, por mim. Exerci, exercerei o meu trabalho de Relator de descobrir a verdade e usarei todos os artifícios legais que eu possuir para chegar às conclusões. Tive sucesso assim em todas as CPIs. E cito a CPI do Narcotráfico, que todos os senhores conheceram, que foi uma CPI de grande sucesso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Só para ressaltar que fiz uma afirmação incorreta. Na verdade, o voto de DEFIS/DIPOM está já constante do documento, falta apenas o parecer jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que é o que eu disse. O fato de não estar aí, não significa que não tenha tido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E falta também o voto dos demais diretores, para ver se foi unânime a decisão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Precisa só verificar. Possivelmente, os demais declararam voto oralmente. Talvez só uma transcrição, se é que a reunião é gravada, que pode assegurar essa informação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que o senhor, como uma das mais altas autoridades jurídicas do Banco Central, entende deva ser posicionamento do Banco Central nesses casos de lançamento em crédito em liquidação a crédito do Banco Central? O Banco Central deve dar uma ordem a ser cumprida pela instituição financeira ou uma orientação?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deputado, foi lido pelo nobre Deputado aquele item, salvo engano, item 10 da resolução, que diz que é a critério do Banco Central do Brasil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, é uma orientação ou uma determinação...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Ele dá critério...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...ele poder determinar?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ele determina. Ele diz assim: eu entendo assim, então faça assim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu queria... Onde está a carta, por favor? Eu misturei tudo aqui. A carta que o Banco Central manda dizendo que “entendemos como adequada”..., que é essa que o senhor acabou de... Então, por que o senhor acha, já que eles têm o poder de determinar, por que que eles colocaram “entendemos como adequada”?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Há ordem e ordem. Isso aqui não consta. Pelos termos que o senhor está lendo aí não é ordem, certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como, não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor está me dizendo “entendemos adequada”, não vi o comando. Se me permitir, deixe-me dar uma lida. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – “Entendemos como adequada a transferência”.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não vejo aqui comando, ordem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas se é uma ordem e não uma orientação. Se a decisão é critério do Banco Central, se ele, no critério dele, decidiu, por que ele não falou a decisão é... cumpra-se. Ele colocou “entendemos adequada”. Se eu recebo algo que o meu superior encaminha a mim como “entendo adequado fazer”, significa que ele me deu a liberdade de fazer ou de não fazer.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deputado, nós temos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se ele falar assim: “Olha, entendemos que é assim, deve ser feito assim”, ou eu cumpro ou eu peço demissão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É diferente de cumpra-se.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim.



O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Sr. Relator, só para completar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou eu cumpro ou eu vou embora.

"Entendo adequado", ou eu aceito ou não aceito.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Sr. Relator, só para acrescentar: o texto diz a critério e não ao arbítrio. O critério pressupõe apresentar as razões. E esta carta simplesmente não apresenta razão alguma, tanto é que nós já requeremos os critérios, porque efetivamente se fosse arbítrio poderia haver um comando, mas o texto diz "a critério". Então, na verdade, essa carta é superficial.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mesmo sendo uma orientação e não uma determinação, como seria o normal, já que é a critério dele decidir, então, a decisão de provisionar os créditos contra o Estado de São Paulo é da exclusiva conta e risco do Conselho Diretor ou da diretoria do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É do Conselho Diretor, como está nos termos da resolução, e diz lá: "a critério do Banco Central do Brasil".

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só para esclarecer o senhor. O senhor está citando a resolução.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A resolução, em nenhum momento — eu a li inteirinha —, refere que o Conselho Diretor do banco tenha esse poder. Apenas o Banco Central — apenas o Banco Central — tem poder para determinar isso, até porque, pelos critérios colocados na resolução, nenhum dos critérios está enquadrado nesse crédito de liquidação — nenhum. Eu li todos — nenhum. Então, esse critério não está nos critérios aqui. Então, não poderia ser jamais o Conselho Diretor do Banco. É claro que ele não tem poder para tomar essa decisão. Tem que ser uma decisão do Banco Central. Isso é explícito. O senhor, como subprocurador, acredito que conhece a lei também.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Deputado, a lei diz que quem tem que fazer o balanço é o Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O balanço, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, mas o critério...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O que o Relator perguntou não foi o balanço.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu estou chegando lá. O senhor me desculpe, estou justificando. Eu posso continuar? Se ele tem que fazer um balanço, nesse balanço é que ele tem que decidir se vai lançar o crédito da liquidação ou não. Então, fica a critério de quem? Quem tem que fazer? O Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor está usando um artifício para dizer isso. Na realidade, ele tem poder para dizer se estivesse enquadrado nos critérios da resolução. Como não estava enquadrado nos critérios da resolução, ele não tinha poder, porque apenas o Banco Central ou a critério deste — o Banco Central, eu entendo isso em português — poderia colocar como de difícil liquidação esses créditos, e não a diretoria do banco.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas aí é juízo de valor, se está errado ou não. Mas que foi feito, foi. O senhor me pediu opinião e eu estou dando, porque é o Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ele foi feito porque o Banco Central mandou.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Deixa eu só fazer uma pergunta, dentro dessa questão. O próprio texto diz: “a critério do Banco Central”. Agora, esses critérios deveriam estar enquadrados dentro do critério da resolução. E eu estou aqui com os critérios, e diz assim o inciso I: “Após decorridos 60 dias da data do adiantamento do depositante; inciso II – após decorridos 30 dias do prazo previsto para liquidação do contrato de câmbio respectivo; III – caso o pagamento não se efetive até 90 dias constatados do lançamento de débitos nas contas mencionadas; IV – quando na data pactuada para liquidação da operação de câmbio não contem com fundos...” Ou seja, se a gente vai ler, e já li todos eles, em nenhum desses incisos o critério utilizado se valeu daqui. Então, na verdade, o que houve foi um arbítrio, não houve um critério. Então, embora diga “a critério do Banco Central”, e os critérios já foram apresentados pela resolução do Conselho Monetário, na verdade, houve um arbítrio, e quando houve o arbítrio, não houve, inclusive, a explicitação das razões. É isso que nós estamos querendo saber. O senhor concorda que os critérios não foram os critérios aqui apresentados pela resolução?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permite, desculpe, mas isso é juízo de valor. Eu não posso fazer isso. Mais ainda sendo advogado do



Banco Central na época, sou impedido por lei, pelo estatuto de falar que o meu constituinte errou. Eu não vou fazer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – O senhor pelo menos tinha conhecimento da resolução?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Claro.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Sr. Relator, deixe-me apenas lhe fazer uma pergunta, até porque V.Exa. tem muito mais experiência do que eu em CPIs. Quando algum depoente está sendo argüido e ele conhece o texto, ele pode simplesmente dizer o seguinte: “Olha, eu não vou fazer juízo de valor”? Se o texto está dizendo claramente os critérios e ele conhece os critérios, ele pode dizer que ele não vai atribuir juízo de valor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado, se me permite, com a palavra o Relator. V.Exa fez a pergunta ao Relator.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Pode ser, ou V.Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu entendo que o Dr. Manoel Loiola era, na época, subprocurador-geral do Banco Central, portanto, ele tinha que interpretar a norma para o Banco Central. Evidentemente, ele está obrigado pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele não precisa responder, nem a CPI tem o direito, na minha avaliação. Pode haver discordâncias, mas eu acho que ele está ao abrigo... inclusive, nessa esfera ele pode se negar a fazer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Eu gostaria, então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, isso pode ser perguntado de uma forma que não seja...

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Para quem nós devemos perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não, a resposta está ali na ata. Na verdade, a ata não é muito mais do que isso aqui não. Há outras formas de perguntar, de fazer a mesma pergunta, sem que o doutor...

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Tenha que atribuir juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...tenha que atribuir juízo de valor. É só fazer a pergunta objetiva a respeito do fato.



O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA - O.k.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu só gostaria de me manifestar que, nesse caso, eu tenho dúvida, apesar de ser bacharel em Direito, porque ali ele não atuava como a figura de advogado do Banco Central, ele era o subprocurador que fiscalizava a comissão. Eu entendo que o subprocurador não tem as mesmas prerrogativas que têm os advogados nos seus estatutos. Portanto, eu gostaria até, para que a gente eventualmente não tivesse esse tipo de problema, de encaminhar à Assessoria Jurídica da Casa, para que se manifestasse por escrito a respeito disso. Eu entendo que o advogado tem prerrogativas, porém, o subprocurador não tem as mesmas prerrogativas do advogado, até mesmo porque ele não pode exercer a figura de advogado. Ele pode não querer fazer juízo de valor, agora, não usar a lei para não fazer. Ele pode falar: Não, não posso fazer juízo de valor, me sinto, não consigo...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Quando eu me apresentei, eu disse que era o subprocurador-geral responsável pelas comissões de inquérito e defesa judicial. Eu que fazia, era o responsável pela defesa judicial em todo o território nacional. Então, como é que eu vou chegar aqui e vou dizer uma coisa, se estou defendendo outra? Me permita só um exemplo. O Deputado Berzoini tem uma ação popular contra o Banco Central. Ele me faz uma pergunta e eu digo isso aqui. Ele chega lá e diz: "Olha aqui na ata, quem está subscrevendo está dizendo isso aqui". Por isso que a Lei 8.906, que é essa aqui, é evidente, ela atribui, ela não só, ela proíbe, ainda que o constituinte autorize, ele não pode fazer isso. É uma situação até de constrangimento. Como é que eu digo aqui (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Essa é uma discussão jurídica intensa, só que eu gostaria de fazer um último comentário. Nesse caso, o senhor não estava como defensor; nesse caso, não estava como defensor. Como defensor, eu entendo que o senhor está certo, mas nesse caso não estava como defensor. É por isso que tenho as minhas dúvidas jurídicas, e acho que a assessoria vai fazer, obviamente, o seu trabalho.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Poderia só fazer uma outra pergunta mais objetiva? O senhor tem conhecimento, então, de quais teriam sido os critérios utilizados pelo Banco Central, já que a resolução do Conselho Monetário



explicita e nenhum desses incisos foi cumprido, então, qual teria sido o critério utilizado pelo Banco Central para que pudesse lançar os créditos em liquidação? Porque a carta é vaga.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu não tenho em memória esse critério. Agora, se o senhor me permitir, esse critério consta aqui dessa ata, que, presumo, estou presumindo, porque não ganhei essa ata, que ela deve ter dito quais foram os critérios que foram utilizados.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quer ver a ata?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É só para a gente ler, porque a ata... é só para responder. Eu acho que era melhor o Deputado ler. Porque os critérios, presumo, que estão constantes ali.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – É porque essa resolução excepcionalizava claramente as operações que foram feitas pelo Governo, pelo banco em relação ao Governo do Estado e elas, na minha opinião, não foram cumpridas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, na verdade, nós chegamos à conclusão aqui que não deveria ter sido feita uma orientação, mas uma determinação. Então, se há uma determinação a ser cumprida, por que a carta dos Diretores do Banco Central, Conselho Diretor do BANESPA não foi escrita nesses termos? Os Diretores do BACEN desconhecem a prerrogativa que é dada pelo BACEN, pela Resolução nº 1.748, de decidir sobre o lançamento de dívidas e créditos em liquidação a seu critério? O que o senhor acha que foi?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei responder. Não elaborei, não verifiquei, não rubriquei, não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não sabe me dizer o porquê do receio da Diretoria, em vez de determinar, mas orientar, já que era uma determinação que deveria ter sido feita?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Não sei responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor é advogado, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor é, como advogado, conhecedor de questões sobre instituições financeira e intervenções, até mesmo porque exerceu essa função e, pelo que me consta, tendo exercido com



competência. Poderia nos explicar então, detalhadamente, qual é a tramitação de um relatório de Comissão de Inquérito e quais seriam as conseqüências de um relatório que: a – decidisse pelo arquivamento e quais eram as conseqüências que apontassem a existência de um passivo a descoberto. Nas duas hipóteses.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Pois não. Eu vou explicar, se o senhor me permitir, o que é na lei e na prática, o que ocorria quando eu estava na época, certo? Conclui, chega um relatório e diz: superavitário, inexistência de prejuízo. É distribuído esse relatório, uma cópia para a parte contábil para verificar se aqueles critérios, regime de competência, regime de caixa, sei lá o que, estão corretos e a parte jurídica. Tudo bem? Tudo bem. Conseqüência nº 1, feito um parecer, o Banco Central do Brasil determina o levantamento da indisponibilidade de bens dos administradores que estavam envolvidos e verifica, não obstante não ter apurado o prejuízo, mas se houve — e tem até um item que eu exigia que colocasse sobre existência de ilícitos administrativos e ilícitos penais — se verificava se tinha outra providência a fazer. Tudo bem. Comunica ao Ministério Público, no caso do ilícito penal e processa o processo administrativo no caso dos ilícitos administrativos, e processa o levantamento da indisponibilidade dos bens, ato próprio do Banco Central do Brasil. Manda publicar o levantamento da indisponibilidade de bens, comunicando aos cartórios, aquela via inversa feita na liquidação. Situação 2. Conclui pelo prejuízo. Vai à análise jurídica e vai à análise contábil. O passivo que eles disseram estar estimado é de tanto. Está correto. Aí vem a parte, eu pergunto, aí vem a parte jurídica: foi atribuída para quais administradores, foi feito o critério das gestões e tal, tal. Muito bem, então é comunicado esse relatório ao Judiciário para que lá, no Judiciário, se dê vista ao Ministério Público para as providências da apuração de responsabilidade. Não aquelas apuradas, é o início, simplesmente vá para o Judiciário e no Judiciário dado vista ao Ministério Público, para que ele entenda por bem de requerer o arresto dos bens, não daqueles administradores que não foram atingidos pela indisponibilidade ou promova ação de responsabilidade. Esse que é o *(ininteligível)* dos processos administrativos, dos inquéritos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor entende, pela sua experiência, que o relatório apresentado pela Comissão de Inquérito, ao apontar as responsabilidades, o Ministério Público, embora seja o titular da ação



penal, é obrigado a se fundar naquele relatório e apontar e processar apenas e tão somente as pessoas apontadas como responsáveis?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ele não... Aí é opinião minha. *(Ininteligível)* diz ele, não está vinculado àquela apontada pelos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não está vinculado em razão de uma lei...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Da Lei Complementar 75.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, a lei de 1996 ou 1997.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nove quatro quatro sete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É, exatamente. Foi aí que desapareceu a vinculação. Antes ele estava vinculado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permite, com toda vênha, a Lei nº 9.447 que alterou na Lei nº 6.024 foi outra coisa. Ela alterou porque dizia o seguinte: quando o processo estava no Judiciário em razão de existência de prejuízo. E a liquidação encerrava, por qualquer daquelas hipóteses. Normalmente, tinha na época valor de carta patente. E, resultado, alguém assumia as empresas. O que acontece? O Ministério Público afastava. Então, o Ministério Público, o Judiciário... Era reiterada a jurisprudência, falecia competência para o Ministério Público continuar à frente daqueles processos. Então, o que veio? A lei — e isso foi uma alteração da 9.447 — que disse: não, mesmo assim permanece a legitimação ativa do Ministério Público como substituto processual dos credores. Mas não existia essa vinculação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, mas o que disse é o seguinte. Essa lei também disse que, independente da existência ou não de passivo a descoberto, o Ministério Público poderia se valer do inquérito do Banco Central e passar a apurar também as responsabilidades.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu não vou discutir, Sr. Presidente, mas eu não me recordo desse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu me recordo bem dele.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor é integrante do Ministério Público, eu sei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O Sr. Relator pediu um intervalo de dois minutos por necessidades pessoais. Daqui a pouco nós retornamos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Solicito ao Sr. Relator para que nós possamos prosseguir nos trabalhos. *(Pausa.)* Passemos à lista dos inscritos. Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini. Já que o Sr. Relator retornou, então, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sob ameaça, sob coação, ele retorna.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu só estava esclarecendo ali atrás o pessoal da imprensa que a Comissão tem que exercer, dentro da legalidade, seja da maneira que for, o exercício de saber a verdade. Então, o fato de um indivíduo tentar desestabilizar ou tentar de qualquer outra maneira colocar com uma pergunta que possa a ele ficar inibido da resposta e ele ao invés de não responder, ele tentar coagir — já que essa é a palavra que ficou — ou desestabilizar aqueles questionamentos, esta Comissão, seja por mim ou por qualquer outro membro, vai exercer as funções que a própria lei que rege as CPIs, que obviamente dá os direitos legais para que aquelas verdades sejam descobertas e levantadas, mesmo que o indivíduo se negue a fazê-lo. E é isso que eu fiz, é isso que vou fazer e farei sempre, porque jamais me senti e me sentirei intimidado seja por quem quer que seja. No meu caso específico com o Dr. Loiola, foi apenas uma discussão jurídica, porque eu sou Bacharel em Direito e ele também é um Bacharel em Direito. E, obviamente, chegamos a um acordo tranqüilo quando ele, logo após, se lembrou daquilo que eu desejava saber.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, só para complementar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E se não existisse aquilo talvez ele não conseguisse se lembrar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E, só para complementar, eu acho que é importante lembrar que, se irregularidades ocorreram nesse caso, e eu avalio que ocorreram, existem interessados em que as irregularidades não sejam apuradas. Portanto, se a CPI agir de uma maneira extremamente digamos frouxa ou



pouco firme, com certeza nós não vamos apurar nada. Então, quer dizer, a intenção da CPI é apurar, até o final, o total da verdade. E pela pressão que alguns meios de comunicação fizeram e que integrantes da base governista fizeram para que esta CPI sequer se instalasse da maneira como se instalou, eu não tenho dúvida de que interesses muito poderosos operam para que a CPI não apure a verdade a respeito do caso BANESPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pode ter certeza, Deputado Berzoini, que nós poderemos ser acusados de excesso. Não seremos acusados de omissão, de forma nenhuma, nesta CPI.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Queria só apenas reforçar, Sr. Presidente, porque eu acho que o Relator — tenho participado de várias audiências — a única vez em que o Relator determinou voz de prisão foi em São Paulo, no caso de uma flagrante mentira, comprovada mentira, porque ele havia assinado um documento que dizia que a questão principal eram os 10% para mais ou para menos e falou, no microfone, que era uma questão irrelevante e assinou que era uma questão principal. Então, diante da daquele fato, o Sr. Relator determinou que havia uma mentira flagrante, que ele não se retratasse ele ia ser preso, porque ele estava flagrantemente mentindo. Foi o único momento, até o dia de hoje, que o Sr. Relator determinou a voz de prisão a ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A um depoente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, às vezes, há tentativa de generalizar que o Relator tem decretado voz de prisão às fanfarras. Não é o caso. Ele falou que poderia decretar voz de prisão. Não o fez, mas o fez em São Paulo, porque naquele caso foi flagrante a mentira feita pelo depoente. Então, eu acredito que o Relator tem conduzido os trabalhos de maneira coerente, com base em dados, com base em relatórios, e não há como querer desmoralizar ou enfraquecer esse trabalho que vem sendo feito, sob pena realmente de a gente acobertar crimes que foram praticados na intervenção do BANESPA, na liquidação e na federalização. Esses crimes não serão acobertados por essa CPI. Acredito que a grande maioria ou todos os membros da CPI têm interesse em que se apure os crimes praticados contra o interesse do contribuinte de São Paulo e do Brasil. Então, eu acho que nós temos ...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu gostaria de complementar e depois solicitar que nós déssemos prosseguimento ao trabalho, dizendo que o Sr. Relator tem se conduzido estritamente dentro da lei nas suas atitudes. Por várias vezes inclusive tentam obter de mim declarações e questionamentos em relação à conduta do Sr. Relator. Eu só quero afirmar que ele tem agido de forma extremamente correta. E que a prisão em flagrante só não foi efetuada em São Paulo porque nós não sabemos exatamente o crime praticado, se foi falsidade documental ou se foi falso testemunho. Porque, na verdade, o cidadão desmentiu tudo aquilo — esqueçam o que eu escrevi. Foi o que aconteceu em São Paulo. Talvez porque seja moda nos tempos atuais usarem essa frase: esqueçam o que escrevi. Só que era um documento e assinado. E nós vamos inclusive ouvir o Sr. Eliseu, da FIPECAFI, na próxima terça-feira. Porque, na verdade, o que vê também é que houve uma fraude à lei de execução, porque contrataram uma fundação e subcontrataram uma empresa. Nós já temos, inclusive eu vou passar a todos os Srs. Deputados, a constituição da empresa do Sr. Bertholini, que foi contratada pelo Banco Central, de forma indireta. Contrataram uma fundação e ela subcontratou uma empresa de consultoria. Está provado que nós vamos apurar já na próxima semana. Com a palavra o Sr. Relator, que eu quero mais uma vez cumprimentar pela forma como tem se conduzido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para concluir este posicionamento. O que tem que se entender é... Inclusive existe..., se não me engano, no Estado de São Paulo, há alguns meses, um artigo do Dr. Saulo Ramos, que eu acho que foi e será sempre considerado um dos grandes homens do Direito neste País. E ele fala exatamente isso. A função de uma CPI é diferente de uma função normal. E ele faz um parecer que eu gostaria que os senhores procurassem pela Internet e lesse aquele artigo. Outro dia ficou aí uma confusão, por exemplo, porque nós transformamos a sessão reservada. Uma pessoa do Banco Central ficou ligando para a imprensa dizendo que a pessoa tinha sido presa. Então, primeiro precisa entender os trâmites de uma CPI. Naquele momento em que se transformou em sessão reservada, as revelações que foram dadas por aquele indivíduo foram de extremo proveito, o que não estava sendo na sessão aberta. Eu tenho sido, serei sempre respeitoso com aqueles que me respeitam. Falarei sempre no mesmo tom com aqueles que estão respondendo às minhas perguntas. Mas jamais me senti e



trabalhei em CPIs me dando com bandidos, como a do Narcotráfico, Roubo de Cargas, enfim, várias outras. Não tenho medo; não tenho família para temer uma retaliação e jamais me senti e me sentirei intimidado seja por quem for. Usarei sempre da legalidade, e dentro da legalidade farei tudo aquilo que for necessário para obter aqueles objetos que forem necessários para o caminho da verdade. Não fiz, não farei e Deus me permita que em toda a minha vida jamais cometa uma injustiça. E quando faço perguntas e quando insisto em algumas respostas é porque eu exatamente não quero acusar ninguém injustamente no meu relatório. E é isso que fiz, isso que farei sempre, não importam as manifestações contrárias, se existem. Vou cumprir com meu papel. O dia que for, eu, impedido de cumpri-lo, renuncio imediatamente à relatoria ou qualquer outra função que eu exerça e vou continuar com o meu comportamento, que foi aos meus 33 anos de idade, não posso dizer que não me sinto orgulhoso de ter tido um comportamento vitorioso. Estou no meu quarto mandato. Eu gostaria de voltar, então... O senhor me esclareceu sobre as duas hipóteses: se decidisse pelo arquivamento, obviamente parecer positivo, não é, e no passivo a descoberto. Então, que implicações teriam sobre a RAET a conclusão do relatório da Comissão, nas hipóteses?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se passivo positivo, resultaria no arquivamento do processo administrativo e não do RAET. O inquérito seria arquivado e, conseqüentemente, levantamento da indisponibilidade dos administradores que tiveram os seus bens indisponíveis em razão do RAET.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, isso é muito importante. O fato da Comissão de Sindicância dizer que: olha o passivo é positivo, não tem absolutamente nada a ver com o RAET.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nada, nada.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – São duas coisas ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Absolutamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, para justificar a RAET, não havia necessidade de estar colocado em passivo a descoberto.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso é muito importante, não é isso? Eu vou ler um trecho da carta do Dr. Verzola e gostaria que o senhor me tecesse comentários.” De modo mais subjetivo, poderia a autoridade monetária considerar a



total dívida como difícil realização e, portanto, sujeito a inscrição em crédito de liquidação. Tal evento, no entanto, levaria o banco a uma situação de passivo a descoberto, com todas as implicações legais decorrentes. A principal delas é a própria liquidação extrajudicial da entidade.” Eu queria que o senhor fizesse um comentário para mim, o senhor como um jurista, desta parte em que o senhor ... da carta aqui escrita pelo Dr. Verzola.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Preliminarmente, só lembrando que isso é um entendimento dele, não é? É um entendimento ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Um entendimento dele.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu queria ... Exatamente... E a carta que ele escreveu é um entendimento dele e eu queria saber o do senhor.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Certo. A existência de passivo a descoberto ... A existência de passivo a descoberto, o procedimento, a implicação é apenas e tão somente remessa ao Judiciário para apuração da responsabilidade dos ex-administradores. Eu discordo quando ele diz que leva à liquidação. O que leva à liquidação é o relatório da Comissão do Conselho Diretor, que diante do relatório, o Banco Central do Brasil poderá entender por bem de liquidar. Mas eu não concordo quando ele diz que a existência de passivo a descoberto leve à liquidação. Isso de jeito nenhum. Não concordo com ele.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Existem aspectos da lei que fazem com que o senhor não concorde com isso, ou são teses jurídicas...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – São teses jurídicas, a lei diz... A Lei 6.024 diz o que o relatório faz. Agora, essa consequência não diz, de jeito nenhum. Diz: a existência de prejuízo vai para o Judiciário, a inexistência levanta a disponibilidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que, então, era imprescindível fazer esse lançamento no balanço de dezembro de 94?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O balanço... Eu insisto que o balanço, o balanço, por si só, não era por si só, não era imprescindível para a Comissão de Inquérito, o balanço. Ele tem que ter elementos, como teve agora, tanto é que não teve o balanço e ele se valeu de outros elementos, certo? O balanço, por si só, não. Nós tivemos casos, eu vou só lembrar a V.Exa., tivemos



casos que não teve balanço, por impossibilidade física. O ex-administrador sumiu com tudo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Some com tudo. E daí é responsabilizado criminalmente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Criminalmente, mas não por questão de apuração de responsabilidade civil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, em algumas dessas reuniões ou dessas conversas se cogitou, se falou que a intenção era a liquidação extrajudicial do BANESPA ou não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não, não. RAET. RAET, a empresa continua em funcionamento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vários membros da Comissão de Inquérito, técnicos experientes de contabilidade bancária — certo? — disseram à CPI que, no ponto de vista estritamente técnico, eles não lançariam a dívida do Estado de crédito em liquidação. O ex-Presidente do BACEN, Dr. Pêrsio Arida, um dos maiores economistas do País, pelo menos no meu entendimento, disseram que o Banco Central não precisava se manifestar sobre essa questão, que não existia uma obrigação legal para que respondesse aquele questionamento sobre o crédito em liquidação. Era algo de exclusiva competência do Conselho Diretor. O primeiro Presidente do Conselho Diretor, Dr. Altino Cunha, disse que ele devia, sim, consultar o Banco Central, que era o juiz do processo, e que ele não podia passar por cima dessa decisão. Eu estou contando uma história para o senhor dos depoimentos que aqui tiveram, para ficar mais fácil. O Sr. Antônio Carlos Verzola disse, em carta, com cópia endereçada ao senhor, que objetivamente não estava caracterizada a inadimplência em 31.12.94, mas subjetivamente poderia ser utilizada a Resolução 1.748. Ele mesmo, apesar de sugerir a utilização dessa resolução, se negou a fazer o lançamento, o que podia, como o senhor mesmo disse aqui no seu depoimento há pouco. Os ex-diretores Cláudio Mauch e Alkimar Moura não conseguem dar explicações, até o momento, que nos convenceram, como coerentes para a orientação que deram; ou seja, ninguém quer ser espontaneamente responsabilizado com a firmeza e com a convicção participamente dessa decisão. Então, eu vou perguntar três questões para o senhor a respeito disso. Diante de uma questão tão nebulosa, por que o senhor, Subprocurador do Banco Central,



propôs “oficialmente” — entre aspas — ao Dr. Verzola — o senhor mesmo confirmou — que fizesse o lançamento das dívidas do Estado em crédito de liquidação se juridicamente era ainda... é algo exatamente questionável e de sérias conseqüências?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu, desde o começo, disse que para que ele fizesse e justificasse. Ele não é obrigado. Tanto é que ele se recusou a fazê-lo. Ele disse, eu falei para ele: então, você lança. Eu me recuso, Loiola, pronto. Agora, isso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas por que o senhor propôs?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Porque eu entendi, eu entendi e entendo, hoje, hoje, agora eu entendo que o Banco Central do Brasil se está mandando fazê-lo é uma presunção da legalidade. Eu não poderia, naquele momento, sem os elementos, ficar questionando tudo que o Banco Central fez. O que o Banco Central está fazendo, a intenção do Banco é para fazer isso, que faça, certo? Agora, não posso...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor como Subprocurador não tinha obrigação, se visse um vício jurídico de apontá-lo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas eu disse para V.Exa, nesse aspecto, eu não participei da reunião de ... da reunião do dia 7, sim, mas essas outras ...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor tinha que orientar a CI.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas eu não posso ...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor... espera aí. O senhor tinha que orientar a CI. Se o senhor tinha que orientar a CI e se a orientação que foi dada pela direção do Banco Central estava errada, o senhor não acha que o senhor teria que interferir no processo? Isso é prevaricação. O senhor me desculpe, mas no caso, se o senhor se omitir, o senhor tem uma função de orientar a Comissão de Inquérito, a orientação que foi dada pela direção do Banco Central está juridicamente incorreta e o senhor se omite, o senhor prevaricou.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Com certeza, não. Deixa eu explicar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Quem que errou?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Bom, se V.Exa. está entendendo. Eu... escuta, quando a gente recebe, há uma presunção legal de que os atos são legais. Se chega para mim uma ordem que está fazendo, não cabe, não compete a mim, como funcionário do banco, estar verificando tudo, se foi feito. Houve **quorum** nessa reunião de diretoria? Isso são aspectos formais.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não estou entrando nesse aspecto.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não, deixa eu... Mas é importante eu falar isso para V.Exa. O que tenho que verificar é o resultado. O resultado, eu estou, alguém está assumindo e vai responder por tal, quando diz: eu estou fazendo, estou determinando, eu estou concluindo que isso deve ser para crédito de liquidação. Não cabe. O senhor me desculpe, existe, eu... Eu tenho uma ojeriza, eu confesso aqui na Comissão, a cálculo, a números, eu tenho... Quando chegava uma coisa lá eu mandava para o contador, para a questão da parte contábil. Agora, se esse aspecto, se existe alguém que está testando lá que esse crédito é de difícil, quem sou eu para ficar dizendo: eu acho que isso não é de difícil liquidação não. Isso é juízo de valor da administração do banco.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, juízo de valor, não, tem base legal.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Olha, o que eu posso fazer para V.Exa... Agora, a conclusão de V.Exa., eu não posso... Eu tenho que respeitar somente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que o senhor não recomendou a manutenção dessa dívida no ativo e que o seu lançamento em crédito em liquidação só fosse feito no balanço de junho de 1995, quando a inadimplência permitiria essa providência, sem muitas discussões? Em tese, não é? Muita discussão... que está tendo discussão até hoje.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A exemplo do que acabei de responder, Deputado, que eu não posso entrar no juízo de valor e examinar tudo



que o Banco Central está fazendo, a diretoria do Banco Central. Eu não sou corregedor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas isso aí é uma questão central que ... A Comissão de Inquérito parou o trabalho porque essa questão não foi resolvida. Então, ela não é uma questão qualquer. É a questão principal, fulcral do processo de inquérito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas não é nem essa questão, Deputado. É que o senhor deu para a Comissão de Inquérito — o senhor mesmo confirmou —, dizendo o seguinte: então, coloca você mesmo em crédito em liquidação. Por que o senhor mandou colocar em crédito em liquidação e não ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – E não como positivo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É porque como positivo, ele apresentava um argumento que não tinha aqueles dados. E eu falei: isso não é argumento. Você tem que dizer: é positivo por causa disso, disso e disso. Você tem que dar os elementos. Ele dizia: não, é por um impedimento. Eu falei: você tem. Você não tem que se valer de relatório. Faça você mesmo. Então tem que ... ele tem que fundamentar. Se ele fundamentasse, é positivo por causa disso, disso, disso e disso, acabou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sabe por que ele teve medo de fazer?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei. Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pressão, alguma coisa, ele não falou nada.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Confesso que não. Ele disse... O que ele disse textualmente para mim é que não faria.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Verzola?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Verzola, Verzola.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor não era o ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Supervisor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... o supervisor? Se eu sou supervisor e alguém responde assim para mim, eu na hora mando uma carta para o Banco Central, substitui, eu vou embora.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O cara não está cumprindo o papel ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se ele terminasse aquele relatório que ele me mandou, se tivesse assinado e não concluísse, não tivesse fundamentação, com certeza faria isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não estou nem discutindo o aspecto legal da prevaricação. Eu estou só discutindo o aspecto formal. Eu sou gerente de alguma coisa, dou uma determinação a um subordinado, esse diz: não faço. Eu ligo. Está demitido. Se eu tenho impedimento legal por concurso ou não de demiti-lo, eu pelo menos o transfiro. Se também tenho esse impedimento legal porque meu diretor não permite esse ato, eu vou embora. Então, está aqui, bota outro cara lugar, porque vocês mandam eu fazer instruções para quem não cumpre e eu não tenho autonomia de substituir, então, por que não fez?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Essa conversa que eu tive com o Dr. Verzola era há pouco mais de um mês, ao término total dos 240 dias da Comissão. Foi quando ele disse, eu falei, então você tem ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Um pouco mais, não, é pouco menos do que o término, não é isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É. Um pouco...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Falou um pouco mais, parece que passou o prazo e que ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É, menos. Desculpe, é erro meu. Menos dos 240 dias. Então, eu disse, para que ele ... Ele tem que resolver, ele tem que concluir. O parecer dele tem que ser conclusivo; ou seja, eu estou dando aqui como parecer positivo em razão disso, mas não em razão de uma ausência de dados, certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas ele, ele foi prudente com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, se o senhor me permite, o senhor me permite, aqui no relatório preliminar há uma justificativa e há uma conclusão. Veja só. Tem uma justificativa e tem uma conclusão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Pelo tempo, não lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Queria que o senhor lesse, aí tira a conclusão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, está justificado aí.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente. Sr. Presidente, ele diz aqui, eu só vou mostrar: “Tal possibilidade, entretanto, que seria a existência do passivo a descoberto, não se materializou até mesmo porque na data da decretação da RAET referidos créditos não reuniam condições para a inscrição em créditos de liquidação, permanecendo contabilizados em contas de curso normal, conforme se verifica das normas do Banco do Central, patrimônio (*ininteligível*), apresentado pelo BANESPA em 31.12.94. Isso aqui é que não materializou, porque ele mandou como... isso aqui como um projeto — certo? — e nós levamos: Não, não é isso aqui não, vai ser, vai ser colocado em crédito em liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vai ser... Quem disse isso foi a diretoria do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi a diretoria do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer, vai ser colocada, não importa. Então, o senhor disse que... Veja bem. Mas aí... Veja bem. Isso está devidamente ... Porque ele explica aí e justifica por que não está lançando.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É, mas ele ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, juridicamente, juridicamente ele está apontando inclusive o por quê ele não lança.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas ele não passaria pelo crivo da parte contábil. É isso que eu quero mostrar para V.Exa. Ele não passaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Por que não passaria?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Porque no parecer..., na parte contábil eles têm aqueles critérios, se vai lançar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas espere lá, espere lá, desculpe, a Comissão de Inquérito não vê a parte contábil, também?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Vê a parte contábil e é submetida para análise do processo na parte contábil do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Do Banco ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Do Banco Central.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas não passaria por que?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Porque já estava com uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ah, já havia uma decisão... Quer dizer, podia apresentar o relatório que apresentasse que ia ser colocado como crédito em liquidação, é isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Já havia uma decisão anteriormente à Resolução 7.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu disse que quando levei esse parecer, essa minuta aqui, essa cópia, eu levei, falei: é isso que eles estão chegando aqui. Por que isso? Porque não tem o balanço, não tem aquela determinação. Então, vamos conversar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor disse o seguinte: antes do dia 7 de agosto já havia a decisão?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E por que ela precisou de uma reunião posterior para formalizar.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Era para formalizar... Deputado, se houvesse... se não houvesse essa decisão, ele chegava: Loiola, mande em frente. Mas não. Vamos conversar com a Comissão. Então, estou presumindo — certo? — que havia essa decisão. Inclusive foi perguntado nesse aspecto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ou seja, antes de chegar o relatório já havia essa conclusão.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O relatório não valia nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Antes de chegar o relatório...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O fato de lançar em crédito de liquidação já estava decidido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já estava decidido.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Decidido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É o depoimento mais importante até agora.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só um minutinho, por favor, deixa eu só entender. Isso estava decidido ...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Antes da reunião.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... quanto tempo antes do dia... da tal reunião do dia 6?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu insisto no que eu respondi aqui. Presumivelmente uma semana, quando eu apresentei isso aqui, esse esboço aqui para a diretoria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, deixa eu entender. O senhor pegou, mostrou isso lá para o Dr. Alkimar e para o doutor..., ou para os dois, ou para um dos dois, que o senhor se lembrou depois da nossa briga...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, estava lembrando aqui. Eu não lembrei de quem estava na reunião do dia 7.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor lembrou, o senhor mostrou, o senhor lembrou que o senhor mostrou isso para os dois que estavam cuidando do negócio.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - No dia 7. Mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor mostrou para os dois ou para um dos dois, antes do dia 7. Por isso que a reunião foi marcada para o dia 7.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Para um ... pessoa da diretoria do banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Que era um dos dois, o senhor não se lembra quem. Mas tudo bem. Esse fato já está... Um dos dois é mais fácil de se levantar do que, quando sabe lá, um dos seis, um dos sete. Então, o senhor apresentou lá para os dois que estavam cuidando dessa coisa, antes do dia 7. Quando o senhor mostrou isso, os dois ou um dos dois viraram para o senhor e falou assim: não, mas isso está errado, porque nós já decidimos que isso ... É isso?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não nessas palavras, mas em linhas gerais o mérito era isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, mas aqui está errado. Nós vamos pôr ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não, isso vai ser crédito, crédito em liquidação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o senhor perguntou na hora: então, porque já não avisaram para fazer o negócio direito?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Foi quando eu disse: então, vocês têm que tomar providência, já ter formalizado, porque o Conselho Diretor não quer fazer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Porque eu me sentiria um... Eu ia falar: eu trago aqui um negócio para vocês, vocês decidiram o negócio contrário até agora e não comunicaram ninguém. Vocês estão achando que eu sou o que? Um palhaço? Está todo mundo trabalhando aqui e aí? Não é isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Mas eu não falaria nunca isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não nesses termos. Mas o senhor reagiu.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Reagi. Falei: então, vamos resolver, tem que resolver isso aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E qual foi a resposta dele?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Marca a reunião para ... Nós vamos conversar com a Comissão. Isso, eu já respondi.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, essa... essa reunião da Comissão não foi para decidir. Essa reunião foi para justificar ou explicar por que ainda não tinha comunicado ou alguma coisa nesse sentido.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, só deixar claro aqui, que isso aqui é opinião minha.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, é claro.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Opinião minha. Certo? Que no dia, quando eu apresentei, porque eles falaram assim: não, vamos conversar. E ninguém disse para mim: olha ... Senão eu chegava lá e dizia me dá por escrito aqui que eu vou avisar para a Comissão. Não precisava de reunião, não precisava nada. Então,



vamos conversar agora, marca com o pessoal da Comissão. Eu estou deduzindo — pergunta do Sr. Presidente e eu respondi — que se houvesse a manutenção disso aí não haveria necessidade da reunião do dia 7.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, quando mostrou lá para o Dr. Alkimar ou para o Dr. Mauch, ou para os dois, o senhor mostrou onde, o senhor veio para Brasília ou ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Eu só atuava em Brasília. Então, mostrei na sala de reuniões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas onde? Aqui em Brasília?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Aqui em Brasília, aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, na verdade, ficava em Brasília ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Ficava em Brasília.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Isso, viajava ...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor está contribuindo muito com a Comissão no dia de hoje. É importante o senhor se lembrar, tentar se lembrar quem foi que falou: vamos conversar. O senhor já falou três vezes: vamos conversar, vamos conversar. O senhor se lembra quem falou isso: vamos conversar?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Também não é: vamos conversar. Loiola, reúna a Comissão — certo ? —, reúna a Comissão e vamos conversar, vamos reunir com a Comissão para saber por que isso aqui direitinho.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor lembra quem foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Mas, desculpe ele fez uma pergunta

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não se lembra quem falou, mas os dois que cuidavam e que foram mostrado o relatório foi o Dr. Mauch e o Dr. Alkimar. Ele não lembra exatamente ...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não quero dizer que foi fulano, não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós estamos nós três aqui ... Mas o importante é que os dois viram e que os dois se posicionaram. Se obviamente você se manifesta numa reunião e eu não me contraponho é claro que a decisão é...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Dr. Manoel, eu perguntei ao senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E eles no depoimento ... só desculpe, no depoimento deles, eles inclusive dizem que a decisão era conjunta deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quando eu perguntei ao senhor e mostrei, inclusive, o senhor disse que ao mostrar a eles esse relatório nós vamos lançar como crédito de difícil liquidação.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Conclusão minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Conclusão sua.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não me foi dito. Foi dito o seguinte: vamos conversar, reúna a Comissão que vamos conversar. Conclusão minha. Eu cheguei a essa conclusão. Por que eu cheguei a essa conclusão? Se tivesse tudo ok, falava: então vamos. Nunca aconteceu de ficar questionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, é exatamente nesse ponto que eu gostaria de perguntar para o senhor. O senhor cuidou de quantas...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Inúmeras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Inúmeras. Quantas vezes a diretoria do Banco Central se reuniu com uma Comissão de Sindicância?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Não me recordo. O que eu recordo é só essa aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só essa?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Só essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só essa. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não seria mais prudente.. Aí eu vou entrar no ponto de vista jurídico. Eu tenho o meu. E eu quero saber se o senhor tem o seu parecido ou igual. Do ponto de vista jurídico, ter efetuado esse lançamento no balanço de junho de 95, quanto à inadimplência, possibilitaria esse lançamento sem maiores divergências.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor podia... Eu confesso que não entendi, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se fosse lançado isso lá atrás, em janeiro, o atraso era de quatorze dias. Como foi lançado isso em junho, e o



Governador seguinte, que era o Governador Mário Covas, não tinha efetuado nenhum pagamento, foi colocado isso então em junho de 95, ou seja, ter sido tomada essa decisão, pelo Banco Central, de ter colocado em crédito e liquidação em junho de 95, juridicamente teria embasamento mais forte do que se tivesse colocado com um atraso de quatorze dias. O senhor entende assim também?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu confesso que não sei responder. Uma matéria que eu não domino é essa matéria de contábil. Confesso que não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É matéria jurídica.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Deixa eu ajudar o Relator. Eu tenho uma pergunta a fazer, que o senhor poderá entender. Quando o banco baixou resolução, o Dr. Mauch e o Dr. Alkimar assinaram a resolução de que deveria retroagir a inadimplência do Estado de São Paulo em 95, para 94, para justificar o crédito em liquidação, do ponto de vista jurídico isso é uma impropriedade jurídica. Eu entendo assim, porque você não pode retroagir prejuízo em balanço. Não entenda no aspecto contábil, se deu prejuízo ou não. No aspecto jurídico. O senhor é um jurista. O senhor é um advogado, é um procurador. O senhor já viu algum caso na história das suas inúmeras participações em Comissões de Inquérito em que houve retroação de prejuízo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Foi isso que ele perguntou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Alguns depoentes disseram que a razão fundamental que determinou a decisão de entender "adequado" — entre aspas — o lançamento da dívida do Estado de São Paulo em crédito e liquidação não foi a inadimplência verificada em 1995. Mas o fato de o Estado nunca pagar efetivamente a dívida, de rolar essa dívida, de quitar parte com ações estatais — foi o caso do SESC... —, em vez de fazê-lo *(ininteligível)* pagamentos em dinheiro... No entanto, o próprio Conselho Monetário Nacional, de cuja decisão, de 29/08/90, resultou a Resolução 1.748, em 92, depois de já existente a Resolução 1.748, autorizou as renegociações e, posteriormente, o pagamento de dívidas com ações estatais. Depois, a Resolução 2.127 — se o senhor quiser, eu posso pegar as resoluções —, depois, a Resolução 2.127, de 21/12/1994... Poucos dias antes da intervenção, não é? São cinco dias..., são oito dias antes da intervenção. Essa



resolução do Banco Central permite que as instituições financeiras estaduais renegociem as dívidas dos Governos Estaduais em até vinte anos. Se o Conselho Monetário autoriza as renegociações, quando já em vigor a Resolução 1.748, se o Senado Federal permite as renegociações, como é que depois vem a diretoria do Banco Central e diz que o fato de o Estado vir rolando sua dívida, o que, diga-se de passagem, estava sendo feito um acordo de decisões das mais altas esferas monetárias... Tipifica uma situação que enseja o lançamento de crédito e liquidação, afirmado que a dívida é de difícil realização?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu não sei. Primeiro, vou confessar que eu não sei responder, mas eu vou me valer também, como já foi feito, da parte de juízo de valor, que isso aí tem de ser decidido pelo Judiciário. Parece até que consta alguma ação no Judiciário.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas o senhor, como jurista...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, eu não posso... O senhor me desculpe, eu me recuso a dar opinião de juízo de valor. Isso aí, se foi feito ou não. O senhor me desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, eu estou dizendo para o senhor que foi feito. Eu queria um parecer jurídico do senhor sobre isso.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, eu não posso. Não posso, por causa da redação da 8.906, certo? Mas eu não tenho condições... Confesso que não tenho condições técnicas de responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu quero saber porque, obviamente, deve ter havido alguns fatos técnicos para que o senhor... Então, eu não pergunto mais que o senhor me comente o jurídico. Eu quero que o senhor me justifique a atitude que o senhor defendeu. O senhor defendeu isso, e eu quero então que o senhor, por favor, me explique quais foram os aspectos que fizeram o senhor defender isso.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A levar essa dívida em crédito e liquidação? Eu defendo. Foi uma decisão da diretoria que, presumo... eu estou presumindo que foi feito dentro da legalidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, então eu vou, agora, fazer os comentários, para o senhor me contra-argumentar em relação a eles. O Conselho Monetário autoriza, o Senado Federal permite. Ou seja, havia um acordo de



decisões com as mais altas esferas monetárias. O que faria que o senhor, juridicamente — o senhor estava ali levantando os aspectos jurídicos —, fizesse com que essas decisões se tornassem mais fortes do que esses acordos com essas instituições da mais alta esfera monetária do País?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É o que eu digo, Excelência: eu não tenho condições técnicas. Não sou versado nessa matéria. Pelo fato de...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, mas (*ininteligível*).

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas eu, juridicamente... Primeiro é que eu não participava do Conselho Monetário Nacional nessa época, certo? Quem dava pareceres era outro Subprocurador. E segundo, Deputado, aí o Banco Central entendeu... Quando chega a isso... Eu presumi que foi feito dentro da legalidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor não pode presumir. O senhor na verdade, ali, era o subprocurador. O senhor era o jurista do assunto. O senhor inclusive...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Nesse aspecto, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor também não pode invocar a lei do direito de não dizer porque o senhor estava atuando como jurista...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu estava atuando, eu estava atuando na defesa em juízo, na época. Eu é que era o responsável pela defesa em juízo. Em juízo, eu não posso dizer para V.Exa. se está certo ou se está errado, porque eu estou defendendo em juízo o Banco Central, que é o meu cliente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – No caso, o senhor estava orientando a CI?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, orientando em razão de uma decisão. Se está certa ou errada essa decisão, não cabe a mim discutir.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor pode... O senhor pode orientar uma CI erradamente?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu disse para V.Exa. que... pressuposto da legalidade.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas como, pressuposto da legalidade?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Para mim, ela está legal.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor é um profissional, é um subprocurador, é um advogado. Se, hierarquicamente, o seu superior comete um erro, o senhor corrobora com o erro. Se o senhor assina embaixo do erro, o senhor está corroborando com o erro.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nós já tivemos...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E ainda orienta as pessoas a cometer outro erro, porque aí o senhor orientou a CI, o Sr. Verzola a cometer esse erro também.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. V.Exa. entende assim. Eu não entendo. Entendo que tinha uma decisão da diretoria, presumivelmente... Nós tínhamos uma equipe de advogados. Não era só o Loiola que estava lá, que dava decisão para todos, orientação para todos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Ainda mais o senhor tendo uma equipe de advogados...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tenho...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Com toda uma equipe de advogados, o senhor ainda... Porque tem vários erros jurídicos praticados no ato. O senhor não alertou ninguém, não estourou e aceitou...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Nesse aspecto, não, porque entendi que estava correto. Eu entendi que estava correto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Se o senhor entendeu que estava correto...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Entendi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ...o senhor tem base jurídica para dizer que está correto.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Entendi, porque é uma decisão...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o Relator lhe perguntou, e o senhor falou que não pode me dizer...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, mas é...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor falou agora que tinha base jurídica para...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Base jurídica da presunção...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quais são as bases jurídicas que o senhor achou que o Conselho Monetário... Mesmo o Conselho Monetário tendo autorizado, o Senado tendo autorizado fazê-lo, quais são as bases jurídicas que o senhor usou para interpretar e para defender essa tese?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O Banco Central se baseou numa resolução que estava em pleno vigor, com o pressuposto de que todas as condições insertas naquela resolução estavam sendo atendidas. Isso é que é a base jurídica.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito, até o momento, com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Lamartine Posella, como autor. (*Pausa.*) Não está presente. Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Gostaria de indagar do senhor depoente: o senhor supervisionou por quantos anos esse trabalho para as Comissões de Inquérito?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu acredito que uns cinco anos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Cinco anos?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Cinco anos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Possivelmente, mais de uma centena. Certamente, bem mais que uma centena.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Com certeza.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor já respondeu ao Sr. Presidente que não tem conhecimento de outro momento em que tenha havido uma reunião da diretoria do Banco Central com a Comissão de Inquérito.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E anteriormente houve uma discussão aqui sobre os limites da autonomia da Comissão de Inquérito, e ficou claro para mim que tanto eu quanto o senhor concordamos que ela tem autonomia para apurar dentro da legalidade. Ou seja, se ela apurar de maneira irregular, o Banco Central tem o direito de proceder a uma reanálise. Como é que é esse procedimento? Já houve caso desse tipo? Como é que foi encaminhado? Isso é uma norma interna para esse tipo de situação?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Existia informalmente tipo um manual de Comissão de Inquérito. Já houve, várias vezes, substituição de integrantes...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Substituição durante o próprio trabalho?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Durante o próprio relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Por problema, por falha. Falha...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Aí... eu vou dizer falha, mas teve outros aspectos. Houve substituição. Já houve modificação... Isso é que eu queria deixar claro. Não é a primeira vez. Houve modificação de resultado de...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sem substituição?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sem substituição, certo? Mostra que houve erro contábil. O critério que foi utilizado não era aquele. Houve também — me permita — de responsabilizar aquela gestão. Nós verificamos que não era aquele caso, que aquela gestão não houve, certo? Que era questão de rolagem de dívida. Quando a pessoa — só um exemplo — entra hoje, já pega um débito de não sei quanto... Fica lá três meses e vai pegar aquele débito de não sei quanto. Então, por deficiência até de entendimento. Houve realmente várias e várias interferências.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E nesse caso, normalmente, sempre era feito administrativamente, diretamente à Supervisão...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Supervisão.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...junto às Comissões.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Isso. Eu ia junto à Comissão, a Comissão vinha comigo. Para mim não tinha... Era exatamente isso que nós fazíamos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nesse caso, o senhor não deveria ter agido da mesma forma?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu agi. Eu disse para V.Exa. que eu agi.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu recebi...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas levou... levou o caso à diretoria?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Levei o caso à diretoria, para poder verificar...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nas demais situações...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não..

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...nunca levou o caso à diretoria?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Não, porque era resolvida a questão no próprio departamento, o DEPAG, que verificava...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ou seja, a Comissão de Inquérito não compreendeu... O senhor já respondeu aqui, mas eu só quero... Às vezes a pergunta é repetida até para que fique clara a resposta. A Comissão de Inquérito não aceitou sua ponderação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Essa Comissão?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Essa Comissão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Essa Comissão não aceitou, como eu disse. Olha, você tem elementos para você mesmo lançar. Eu me recuso. Isso é que foi feito. O Verzola falou comigo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Exatamente. Embora não seja da sua competência, num caso como esse em que se aproximava o final do prazo para a Comissão de Inquérito produzir seu relatório, e havendo a alegação de que um dos motivos pelo qual não poderia chegar à conclusão — que era a conclusão da Supervisão ou o entendimento da Supervisão — de que não havia o balando do Conselho Diretor, o senhor, durante esse período de oito meses, em algum momento chamou a atenção da diretoria para o fato? Olha, eu não posso mandar o Conselho Diretor fazer, mas vocês podem.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu disse para V.Exa. que, quando eu recebi o relatório... Até foi uma forma de mostrar para a diretoria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas antes, não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Antes, não. Eu pedi para que eles formalizassem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas a Comissão de Inquérito, várias vezes, questionou...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Falou para mim, e eu pedi para que formalizasse. Formalizasse à Comissão e ao Conselho Diretor.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ao Conselho Diretor?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ao Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E mesmo com essa demora reiterada...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não houve sucesso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso não foi levado à diretoria do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi, quando eu levei a...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, antes.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Antes, não. Por mim, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O prazo se esgotando, o senhor não...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente. Por mim, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ainda considerando que o motivo alegado pelos membros da Comissão de Inquérito para a não-conclusão do relatório no prazo... a iminência da não-conclusão no prazo legal era uma atuação do Conselho Diretor, em nenhum momento foi cogitado convocar para aquela reunião de São Paulo, do dia 7 de agosto, o presidente do Conselho Diretor?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não... Eu sei que...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não foi cogitado?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não foi cogitado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nem pelo senhor, nem pela diretoria...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu não tenho contato com o Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu sei, mas podia falar para o Dr. Alkimar ou o Dr. Mauch: Olha, chame o Feitosa aí, porque...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não acha que seria razoável? É uma pergunta agora que é subjetiva, mas eu acho que o senhor pode responder subjetivamente, é a sua opinião.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu pediria para não responder, porque é juízo de valor. Se a diretoria entendeu por bem, eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só aproveitando a carona na pergunta do Deputado Berzoini...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Caberia ao Presidente do Conselho Diretor assinar o balanço, certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E portanto cumprir as determinações da diretoria do Banco Central.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor... Ele não participou da reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não me recordo. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É, mas minutos depois disseram que ele não participou.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E ele próprio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E ele próprio. Aliás, ele falou que se sentiu até desprestigiado de não ter sido convidado para a reunião. O senhor não acha estranho isso? Veja bem, não seria... Ele foi o marido traído, então. Foi o último a saber, não é? Porque... E ele é que teve de assinar. É a mesma coisa... O senhor é advogado. É a mesma coisa de alguém que estiver se separando da mulher, tem que assinar o seu divórcio, e só vai saber... Só que a discussão sobre as condições e os termos do divórcio... foi discutido por todo mundo, menos por ele. E ele chega lá... Só que ele é que tem de assinar. Ele chega e tem de assinar de qualquer jeito, porque é uma ordem aquilo, não é? Não lhe parece estranho isso, juridicamente falando?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É juízo de valor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor acha que é juízo de valor...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...deixar de convocar uma pessoa? Não seria obrigatório? O senhor... Bom, o senhor disse que não houve



outras reuniões, só houve essa. Então, não há parâmetro, não é? Então... Porque eu ia perguntar para o senhor se em outras reuniões não teriam convocado. Mas essa foi a única. Então não...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Administrativamente, no Banco Central, é comum, é norma, em toda reunião que se faz, produzir uma ata para registrar o que foi discutido?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permite... Reunião de diretoria?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, reuniões...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, as outras não têm, não têm. Só há das reuniões quando tem banqueiro, têm aquelas advertências a banqueiro. Aí, claro, não há. Mas fora disso, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Fora disso não há ata?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, a reunião do dia 7 também...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não lembro se foi feito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...não cabia produzir uma ata?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É. Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor disse ao Relator que processou a **Carta Capital**, em função da matéria que diz...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A **Carta Capital** e o jornalista.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o jornalista. Processou a revista e o jornalista. O senhor tem informação... o senhor pode nos informar a situação atual.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei, não sei. Sei que, ato contínuo, nós fizemos — o Banco Central do Brasil e eu, pessoalmente — uma representação ao Ministério Público, porque me senti injuriado, ofendido com a reportagem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Uma representação...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Criminal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...ao Ministério Público...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ao Ministério Público Federal.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu queria agradecer, Sr. Presidente. Acho que o depoimento do Dr. Loiola foi muito importante e creio que, com as perguntas do Sr. Relator, já estou satisfeito com as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Antes de passar a palavra ao Deputado Marcelo Barbieri, o senhor não entrou com uma ação de indenização, no Cível, contra a revista e contra...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não. Foi só uma representação criminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só uma representação criminal?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Criminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Civilmente, o senhor não entrou contra eles?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não, não. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É melhor, viu? É onde a gente ganha.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A gente aprende depois.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ainda em tempo, Sr. Presidente, quero solicitar ao depoente que providencie informação sobre a situação atual desses processos, para que a Comissão possa saber como se encontram.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Presidente pode fazer um ofício também ao Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pode, pode, pode.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permite? Só para justificar a esta Comissão, o que a gente faz é somente dar início à ação. Agora, o restante fica no Ministério Público, e a gente não vai ficar cobrando do Ministério.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas não fica na gaveta do Brindeiro, não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, eu não fico... Por isso que eu não entro. Só faço fazer a representação. O resto não interessa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só entender o aspecto jurídico que lhe fez mandar ao Ministério Público e não interpelar diretamente. O senhor entendia, naquele momento, que não era a sua pessoa que estava sendo atingida, mas a



pessoa do subprocurador. Seria isso? Por isso é que o senhor pediu ao Ministério Público...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, me permita, longe de querer... Eu estou aqui... Em respeito ao Dr. Fleury, que foi do Ministério Público. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu posso até ajudar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A ação criminal depende da representação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quando é no cargo, depende da representação do Ministério Público...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, mas ele entendeu atingindo como subprocurador e não como o Sr. Manoel...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não. Foi como o outro, me desculpe. O cargo, para mim, não importa. O que vale é que quem sentiu, quem foi ofendido foi Manoel Lucívio de Loiola. Só que a lei diz: se eu estou ocupando um cargo, esse cargo depende... V.Exa. já tem. Então, quem faz... Eu não faço. Eu sou subprocurador. Manoel Lucívio de Loiola é que está processado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vou fazer uma pergunta bem objetiva ao senhor, do ponto de vista apenas jurídico. Se o senhor entende, nos termos finais do telex remitido pela Secretaria Executiva do Banco Central ao BANESPA, em 24 de junho de 1992, comunicando a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, do Voto 9.292, e conferindo excepcionalidade ao disposto na Resolução 1.748, de 30/08/90. Vou ler para o senhor o telex: "Comunico que o Conselho Monetário Nacional, em sua 535ª sessão, realizada em 27/05/92, aprovou o Voto do Conselho Monetário Nacional 9.292, Governo do Estado de São Paulo, reestruturação do *(ininteligível)* estadual, das suas empresas, excepcionalidade às normas, e homologou os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., com relação à constituição de provisões para crédito em liquidação duvidosa em seu balanço de 31/12/91, conferindo-lhe excepcionalidade ao disposto na Resolução nº 1.748, de 30/08/90. Assinado: Marco Aurélio de Melo Vieira". Essa excepcionalidade foi confirmada às págs. 11.659 a 11.661 do Inquérito



Administrativo realizado pelo BACEN e o BANESPA, pela própria Comissão de Inquérito. Veja bem, em 91, quando o Estado estava atrasado há quase um ano com o pagamento do empréstimo ARO, que havia sido tomado junto ao BANESPA, o Conselho Monetário Nacional concedeu, em junho de 92, excepcionalidade ao disposto na Resolução nº 1.748, de 30/08/90, para que não fosse constituída provisão para crédito em liquidação duvidosa. Em agosto de 95, quando o Estado estava atrasado, em 30/12/94, data do RAET, em apenas quinze dias, com uma única prestação de cerca de 18 bilhões de dólares, que foi quitada em março de 95, portanto, antes da decisão — essa que estava atrasada foi quitada antes da decisão —, V.Sa. orientou A CI, como já afirmou, para que mandasse inscrever toda dívida em créditos de difícil liquidação. Pergunto ao senhor: o senhor desrespeitou uma legislação do Conselho Monetário Nacional?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, em hipótese nenhuma. Quando eu não mandei que ele levasse o crédito, ele me dizia — porque eu não conheço, não estou a par dessa história —, ele me dizia: "Tenho informação do Conselho Diretor de que vai lançar isso a crédito em liquidação. Só que não tem o balanço." Eu falei: "Se você não tem o balanço, faça você mesmo, por outros critérios, por outros meios". Eu não mandei que... Fique bem claro: eu não mandei que lançasse em crédito em liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Loiola... Dr. Manoel Loiola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Obrigado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Manoel Lucivio de Loiola. Quem mandou... Eu disse o seguinte: "Se é para levar, você usa. Agora, você põe os seus critérios."

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu li para o senhor aqui que o Conselho Monetário, numa situação muito pior do que essa de 30/08/94, autorizou o BANESPA a não lançar em crédito de liquidação a dívida do Estado com o BANESPA. Estava atrasado em um ano. Isso foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, e o BANESPA não estava sob RAET, ou seja, não estava sob intervenção. Correto?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Correto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Muito bem. Aí, no momento em que estava sob RAET, o senhor recebeu o relatório, que não colocava em crédito de liquidação, levou-o para conhecimento da Diretoria, e a Diretoria disse: "Vamos começar". Dessa reunião o senhor participou. O senhor já confirmou aqui que o senhor participou.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não alertou à Diretoria de que havia uma resolução anterior do Conselho Monetário autorizando a não lançar em crédito de liquidação, excepcionalmente, aí sim, em 92? O senhor não alertou a Diretoria?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não alertei porque, como já disse a V.Exa., houve presunção da legalidade dos atos que estavam fazendo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo. Muito bem. A aprovação da renegociação das dívidas públicas estaduais para com o BANESPA, por esse Voto nº 9.292, decorrente das negociações do Governo Estadual com o Governo Federal nos idos de 92 não foi um ato de império; foi uma decisão jurídica. Correto? O senhor concorda comigo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu confesso que foi uma decisão, como está dizendo... A negociação foi política.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Foi política?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas que produz efeito jurídico.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Agora, o senhor não tinha poder para desrespeitar essa resolução.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não tinha e não tenho. Tenho obrigação de cumprir.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Porque foi uma decisão do Conselho Monetário Nacional. A Diretoria do Banco Central também, ao que me consta, não tinha esse poder para desrespeitar.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu presumo que ninguém tem o poder de desrespeitar a legislação.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor acabou de chegar aqui a uma conclusão de que o ato, que o senhor presumia juridicamente correto, está provado que é incorreto, porque o Conselho Monetário Nacional, que é uma instância juridicamente superior à Diretoria do Banco Central, autorizou o BANESPA, em 92, a não lançar em créditos de liquidação o atraso de um ano que havia do Estado com o BANESPA. Foi um acordo político, evidentemente, que envolveu aspectos políticos. Quando aconteceu a questão de 94, o Banco manda lançar em crédito de liquidação uma prestação de quatorze dias de atraso, que não estava enquadrada na Resolução nº 1.748, e já tinha sido paga; em março de 95 já tinha sido paga. E o Banco manda colocar em créditos de liquidação. O senhor acha que tem base jurídica uma decisão dessas?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu... juízo de valor... Eu não vou dizer nunca que não tem base jurídica. Para mim, tem base jurídica, sim. Presunção da legalidade dos atos administrativos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Bom, essa renegociação, aprovada por esse Conselho Monetário Nacional (9292, este voto) não mudou o tipo dos empréstimos que haviam sido originalmente contratados em 90, de operações de créditos por Antecipação de Receita Orçamentária — ARO. Para dívida de longo prazo, pagável em prestações mensais, ao longo de doze anos. Ou seja, em dívida fundada dos Estados, certo?! Em se tratando de dívida fundada dos Estados, a Constituição não exige que a inadimplência seja de, no mínimo, dois anos, para que pudesse existir intervenção do Estado? Esse é o art. 34, inciso V, letra "a", da Constituição Federal. O senhor tem conhecimento desse item na Constituição?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Do item da Constituição, tenho. Mas não da conclusão a que V.Exa. está chegando.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Qual é sua opinião, então, a respeito?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Aí, é opinião. Aí é uma opinião, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim, porque a dívida é fundada do Estado. O senhor concorda com isso?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Dívida fundada do Estado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor concorda com isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Concordo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Com isso o senhor concorda. Se ela é dívida fundada, a Constituição diz, na minha interpretação — se o senhor tiver outra, o senhor, por favor, coloque —, que não exige que essa inadimplência... Só se for de no mínimo dois anos, para poder existir uma intervenção. O senhor concorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Concordo com o que consta na Constituição. Só discordo de que não houve intervenção no Estado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu sei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Nós estamos chegando à conclusão...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Houve no BANESPA.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – BANESPA. BANESPA não é Estado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Certo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Desculpe, Deputado, mas, ao reconhecer... E até aqui nós temos o voto. O voto diz o seguinte: "Representando a elevada concentração das aplicações junto ao seu controlador, o Estado de São Paulo, e suas empresas, representando mais de 80% de operações de crédito do BANESPA e a reconhecida incapacidade de o Estado honrar seus compromissos (...)" Com esta expressão "reconhecida incapacidade de o Estado honrar seus compromissos", esse voto está dizendo que o Estado de São Paulo estava inadimplente e também reconhecendo a falta de capacidade de pagamento do Estado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Para esse efeito, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não é... Não, que o Estado estava insolvente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Para esse efeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não é para esse efeito. Não existe efeito parcial.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como, não? O senhor vai me desculpar, mas está declarando o Estado insolvente. Quem poderia fazer isso é o Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A Constituição não dá esse poder ao Banco Central.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permite? Eu quero só abstrair... Longe de querer dar aula de Direito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, nós estamos discutindo...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Esse tema da intervenção do Estado, eu enfrentei... eu, particularmente, enfrentei... Defendi o Banco Central do Brasil desde 1990, com a intervenção do PARAIBAN, certo? O argumento que foi lembrado aqui pelo Dr. Saulo Ramos, que eu respeito também... Mas foi o Dr. Saulo Ramos que apresentou uma petição, um argumento no Supremo Tribunal, dizendo exatamente, ao declarar isso aqui, que houve uma intervenção no Estado. O Supremo Tribunal rechaçou. Argumento do Supremo Tribunal, não meu. Quando o Estado aceita um banco estadual, ele ali está agindo não como Estado, está agindo... Ele tem que se submeter a todas as normas do banco. Então, ali ele não é Estado. Ali não pode banco estadual ter duplo benefício. Ele ali não dá a insolvência, porque constitui intervenção. Então, dou dois exemplos: um, o PARAIBAN, que eu me lembre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas no PARAIBAN havia o lançamento de créditos, do Estado, de difícil liquidação...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim, o que foi pior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu quero saber se... para saber se a situação é a mesma.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi pior. A situação era um pouquinho pior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, vamos lá. Eu quero saber da situação.



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor me permita aqui a falha da memória. O tempo foi, se não me engano, 90. O banco depositava todo o seu dinheiro no banco estadual, e dizia, na época...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Estado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim, o Estado. Dizia à época: com a intervenção do Banco Central, que o Governo Federal, por via das autarquias... Houve intervenção no Estado, porque não pôde fazer nada. E levantou a tese brilhante exatamente na parte cento e pouco da Constituição, que eu não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, veja bem, são situações diferentes. Aqui nós estamos falando do lançamento da dívida do Estado como crédito de liquidação duvidosa. Ou seja, o Estado de São Paulo está insolvente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ele vai chegar exatamente na tese. E o Supremo disse, determinou, disse exatamente isso: o banco é estadual. E seu acionista majoritário, quem é? É o Estado. Em assim fazendo o Banco Central do Brasil, não há intervenção. Chamo atenção para outro: do BANERJ. O BANERJ, na época também, a mesma coisa: esse argumento. Então, o Judiciário rechaçou esse argumento também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Os créditos do BANERJ foram lançados como de difícil saturação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, salvo engano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quero saber...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Era de que houve intervenção na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não. Desculpe, nós estamos falando de coisa diferente. Eu não discordo de que o Banco Central possa intervir num banco estadual. Eu discordo que o Banco Central possa...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Determinar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ...lançar, determinar e considerar, como está aqui, considerar...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O Estado inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ...o Estado insolvente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O Estado inadimplente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Pela questão da dívida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Insolvente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E insolvente porque... Se ele não puder pagar, é insolvente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso não é prerrogativa.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Isso não é prerrogativa do Banco Central. Isso é uma ilegalidade praticada pela diretoria do Banco.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu disse... eu me permiti fazer aqui só essa digressão, mas agora tenho de respeitar a sua opinião.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Opinião, não. Aí é uma questão jurídica. Está na Constituição. Muito bem. Eu queria perguntar ao senhor ainda o seguinte. O senhor sabe — o senhor citou muito a Resolução 1.748, do Conselho Monetário Nacional —, o senhor sabe que ela é inconstitucional e ilegal, porque na época em que ela foi aprovada o Conselho Monetário Nacional não mais dispunha de competência legislativa, de poderes normativos, nos termos do disposto no art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 88? O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tenho conhecimento, mas não com esse argumento. Esse argumento também nós... O Banco Central já enfrentou na Justiça... Certo?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E qual foi o resultado?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O resultado foi que saiu vitorioso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vitorioso. O senhor sabe que entre a Medida Provisória nº 45, de 31/3/89, não convertida em lei, tendo perdido sua eficácia desde a sua edição (art. 62, parágrafo único, da Constituição Federal), ela foi reeditada, e a Medida Provisória nº 53, de 03/05/89, entre essas duas medidas provisórias, houve um hiato legislativo de vinte e nove dias, fazendo com que a revogação determinada pelo art. 25 das Disposições Transitórias da Constituição se consumasse?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sabia, sei e está na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Qual a posição que o Banco Central tem defendido?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não... O Banco Central tem defendido a permanência da legitimação dos atos do Conselho Monetário Nacional. Até hoje foi dadas liminares, salvo engano. Para alguns foram dadas liminares, e isso persiste até hoje.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não está julgado? Foi derrubado? Não foi derrubado ainda...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, o senhor me desculpe. Quando eu falei derrubado, foi a tese da intervenção do Estado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, não...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A tese da intervenção do Estado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sobre a questão da Resolução 1.748, do Conselho Monetário Nacional: já não tinha mais poderes normativos, não foi julgada ainda.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não me recordo.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Está *sub judice*.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu saí dessa área. O senhor me desculpe, eu não sei se foi julgada.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu estou lhe afirmando que está *sub judice*, porque não foi julgada.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Muito obrigado pela informação.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor falou aqui que já estava... O senhor sabe também que, nos termos do art. 192 da Constituição, essa matéria deveria ter sido disciplinada — essa matéria, a Resolução — através de lei complementar e que quando a Constituição exige esse tipo de lei não era possível editar-se medida provisória para substituí-la, porque quando é lei complementar não pode ter medida provisória... O senhor conhece isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Conheço e conheço tese contestando, dizendo que pode ser medida provisória. Eu não concordo, mas tem tese dizendo da possibilidade de medida...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor não concorda?!

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - ... provisória com caráter de lei complementar.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sei, mas essa tese... o senhor não concorda com essa tese?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Pessoalmente, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Muito bem. A Resolução nº 1.748, de 90, do Conselho Monetário Nacional, ela não pode ser interpretada literalmente, mas, sim, sistematicamente. Ela também não outorgou em nenhum dos incisos do art. 1º poderes para que o Banco Central pudesse decidir com arbitrariedade, com abuso de poder. Todos os incisos do art. 1º exigem causas muito concretas e precisas para permitir o lançamento do crédito em contas de difícil liquidação. Eu gostaria que o senhor lesse — eu tenho aqui a Resolução, e já li alguns trechos para o senhor, mas vou ler de novo, porque essa questão é fundamental, é fulcral no seu depoimento, não é? — um por um dos incisos e mostrasse qual é a causa de cada um deles. Do inciso I a VI exige que as dívidas que não tenham sido pagas, e deixa claro, só possam ser transferidas para conta de crédito de liquidação após o vencimento. O senhor concorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É o que consta na Resolução, literalmente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor concorda. Inciso I - Após decorridos sessenta dias da data dos adiantamentos a depositante. Inciso II - Após decorridos trinta dias do prazo previsto para liquidação do contrato de câmbio respectivo. Inciso III - Caso o pagamento não se efetive até noventa dias contados do lançamento de débito nas contas mencionadas. Inciso IV - Quando na data pactuada para liquidação das operações de câmbio não contem com fundos. Inciso V - Saldos devedores de contas correntes de clientes, decorrentes de financiamento de valores mobiliários, não sejam liquidados no prazo de trinta dias da ocorrência. Inciso VI - Financiamentos de valores imobiliários não liquidados no prazo de trinta dias do vencimento. O inciso VII refere-se a créditos contra empresas em regime falimentar ou em liquidação extrajudicial, que não era o caso. Não era o caso. O inciso VIII dirige-se a outros créditos, vencidos há mais de sessenta dias, sem garantias; vencidos há mais de 180 dias, com garantias insuficientes; vencidos há mais de 360 dias, com garantias insuficientes, com medida judicial visando protesto, ou outra semelhante. No entanto, diz a própria Resolução, os créditos com garantia devem observar as letras “b” e “c” anteriores. O art. 2º da Resolução diz que “os



créditos das letras “b” e “c” desse inciso VIII podem ser transferidos, desde que estejam vencidos há mais de sessenta dias.” Isso é claro na Resolução. Em 30/12/94, nenhum estava nessa situação, nenhum item, no Estado de São Paulo. O ofício que o Presidente da Comissão de Inquérito enviou ao senhor confirma essa afirmação. Ele confirma isso nessa carta que eu tenho aqui. O senhor foi o portador dessa carta. O inciso IX se refere a outros créditos de difícil liquidação que possam ser efetivamente comprovados pelas instituições perante o Banco Central ou a critério deste. Muito bem. Eu queria perguntar ao senhor, com todas essas evidências, de que era flagrante a ilegalidade com base nessa Resolução que está **sub judice** (a 1.748), o senhor não contestou, nessa reunião que ocorreu com a presença da Comissão da Inquérito, a Direção do Banco Central, quando orientou que iria colocar em crédito de liquidação as contas do Estado? O senhor, como subprocurador, não fez essa contestação nessa reunião que a **Carta Capital** retratou com conteúdo? O senhor concorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu já respondi que não contestei porque achava, e entendo que... com presunção de que os atos estavam corretos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas os atos não tinham sido realizados ainda. A reunião foi... A reunião da Diretoria do Banco Central foi posterior a essa reunião com a Comissão de Inquérito. Então, não havia sido consumado. O senhor, naquele momento, poderia ainda — não havia sido consumado o ato ilegal —, o senhor poderia se manifestar, o senhor como jurista, como subprocurador, presente à reunião, dizendo: “Olha, eu, pessoalmente, não concordo com essa decisão que vai ser tomada a efeito.” O senhor não se manifestou.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não me manifestei, não foi solicitado e eu já declarei: no meu entendimento, já havia essa decisão.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não havia ainda juridicamente, formalmente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Formalmente não, porque parece que a ata é posterior. Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, havia politicamente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Politicamente, sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Perfeitamente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Havia, politicamente.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Fica claro que a decisão era política e não jurídica, não com base em aspectos jurídicos. Mais uma pergunta. O senhor havia atentado para a Medida Provisória nº 812, de 30/12/94 — veja bem, 30/12/94 —, ou seja, anterior ao encerramento do exercício de 94, que é 31/12/94, transformada na Lei nº 8.981, de 20/01/95, e que em seu art. 43 e parágrafos afirma exatamente isso, ou seja, que as dívidas públicas não são passíveis de serem consideradas como de duvidosa liquidação?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu só vou perguntar porque não conheço realmente o texto. Essa pergunta... Será que essa dívida... essa legislação não se reserva somente à questão contábil de balanço?!

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei. Estou perguntando por desconhecer.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu tenho aqui a resposta do professor Modesto Carvalhosa, a interpretação dessa lei. E, se o senhor quiser, depois posso lhe passar as regras.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Muito bom.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu estou aqui com o parecer dele, um advogado reconhecido, brilhante, em que ele exatamente argumenta que esse artigo preserva as dívidas públicas para que não possam ser consideradas como duvidosas na liquidação. Isso é lei. O senhor também não tinha conhecimento dessa lei?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Para esse efeito... nem do parecer do ilustre advogado...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Depois eu lhe passo às mãos.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Pois não. Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Inclusive eu vou passar ao Sr. Relator esse parecer do Dr. Modesto Carvalhosa, em que ele interpreta, dá a opinião dele, de que essa lei proibia... proibia, não; vedava o lançamento das dívidas públicas para serem consideradas como de duvidosa liquidação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Essa consulta jurídica foi feita por quem e em que circunstâncias, Deputado Barbieri?



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Essa é uma manifestação feita pelo Dr. Carvalhosa com base na entrada, pelo ex-Governador Orestes Quércia, com ação que pediu exatamente a publicação do balanço. Ela fundamentou a ação judicial que a Justiça fez prevalecer que impedia exatamente a decisão da direção do Banco Central. Ela foi embasamento jurídico para ação judicial promovida.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E ele foi o advogado do caso?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, ele não foi o advogado. Ele foi o consultor, apenas o consultor. Ele deu um parecer que embasou a decisão judicial e que, obviamente, o juiz levou em consideração, tanto que deu a liminar e impediu a publicação do balanço. Muito bem. Eu queria perguntar ao senhor ainda o seguinte, já que entramos nesse assunto que o Sr. Relator perguntou: o senhor tem conhecimento de que o Tribunal Regional Federal, por acórdão unânime da sua colenda 3ª Turma, relatado pelo eminente Desembargador Federal Batista Pereira, proferido no AI 37.442, de 23/10/96, decidiu: “(...) que o disposto nas Leis Federais nºs 8.981, de 20/01/95, por conversão da Medida Provisória 812, de 94, a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20/6/95, prevalecem sobre o disposto na Resolução 1.748, do Banco Central do Brasil, no tocante à provisão para devedores duvidosos? O senhor tem conhecimento dessa decisão?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tenho conhecimento da ação. Agora, do resultado final dela eu não tenho.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não tem?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não tenho. Atuo mais na área... no seu resultado final.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas é que isso aqui aconteceu posteriormente, em 23/10/96. O senhor não tem conhecimento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, nem sei se o resultado final... se essa decisão persiste ou se houve mudança.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor não tem conhecimento desse parecer do Dr. Modesto Carvalhosa? O senhor não tem conhecimento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu... eu tenho. Vou explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor tem conhecimento?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O senhor, falando agora... Eu tenho. Porque identificou a ação, que foi para subsidiar uma ação movida pelo ex-Governador Orestes Quércia, onde, por determinação, com as minhas atribuições, chegava para mim essa ação. E, agora que o senhor está me falando, tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor tinha conhecimento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É, agora, que o senhor identificou... Exatamente. E houve a contestação do Banco Central do Brasil. O senhor está me dando a... Perdeu, infelizmente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É verdade que o Banco Central depois mandou publicar o balanço...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Transitado em julgado já?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim. Inclusive o balanço foi publicado sem o crédito em liquidação do Estado. Já existe o fato consumado, feita a publicação do balanço, sem essa decisão que, a nosso ver, caracterizou ilegalidade na decisão do Banco Central. Pergunto ao senhor também: o senhor desconsiderou totalmente o disposto no art. 176, **caput**, da Lei de Sociedades Anônimas, de que as demonstrações financeiras são feitas com base na escrituração mercantil da companhia e devem exprimir as situações do exercício, no caso 94, e não as situações do exercício seguinte, no caso 95?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu não desconsidereei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não?!

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Tudo bem. Veja bem, se o senhor concordou, aceitou, com base no que o senhor falou aqui, que o senhor presumia que havia juridicamente base jurídica para a decisão da Diretoria do Banco Central — o senhor acabou de confirmar isso, várias vezes. O senhor aceitou essa decisão da Diretoria do Banco Central. Essa decisão se baseou no exercício de 94 num dado de 95, que era a inadimplência de 95. Isso está escrito naquilo que foi assinado pelo Sr. Mauch e pelo Sr. Alkimar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E também no voto.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Também no voto. Isso desconsidera a Lei das S/A. Isso não é previsto em nenhuma lei, para efeito de fazer um balanço, você retroagir para juízo, de um exercício para outro ano, e o senhor permitiu isso. O senhor não alertou as autoridades, nem a CI. A CI incluiu, sob a sua supervisão, que o crédito em liquidação era legítimo e deveria ser aprovado. Aliás, com base em uma carta do doutor... Era o Altino Cunha ou era o Feitosa?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Feitosa.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Era o Feitosa. Uma carta que dizia que presumivelmente esse crédito de liquidação ia chegar a 4 bilhões. E o senhor aceitou. O senhor... Tudo bem, aceito, tá certo. O senhor sabia que o senhor desrespeitou a Lei das S.A.?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu lhe asseguro que não desrespeitei a Lei das S/A.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Lhe asseguro que não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu quero lhe alertar que o senhor coonestou. O senhor tem afirmado aqui que o senhor pressupõe que a atitude do Banco Central era jurídica. Se ela não for jurídica, o senhor coonestou com uma atitude antijurídica. Concorde comigo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Concorde, não. Respeito seu posicionamento. Eu não concordo com ele.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não concorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor desconsiderou totalmente o disposto no §4º, a alínea “i”, §5º do art. 176 da Lei das S/A, que apenas permite se mencione nas notas explicativas a existência de prestações futuras, no caso 95, não pagas, mas jamais retroagir-se o não-pagamento para alterar-se o resultado do balanço do exercício anterior, no caso 94, com ilegal lançamento de provisões para créditos de difícil liquidação. Quer dizer, isso juridicamente é uma aberração. Não existe nenhuma lei nacional neste País, e não conheço nenhuma outra no mundo, em que você pode lançar prejuízo de um exercício para outro exercício. E foi isso que a Diretoria do Banco Central fez. O senhor entende diferente?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não vou concordar com o senhor. Importa dizer que é juízo de opinião.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não é opinião. Estou me baseando na Lei das S.A.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, é a interpretação de V.Exa. Eu não concordo. Não vou dizer que a Diretoria do Banco...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Repete a pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Vou repetir a pergunta, Sr. Relator. O senhor desconsiderou... Por que o senhor desconsiderou totalmente o disposto no §4º, a alínea "i" do §5º do art. 176 da Lei das Sociedades Anônimas, que apenas permite se mencione nas notas explicativas a existência das prestações futuras, no caso 95, não pagas, porque elas não estavam sendo pagas, como atestou o próprio Secretário da Fazenda na época, Dr. Nakano, porque estava renegociando. Mas jamais é permitido retroagir o não-pagamento para alterar-se o resultado do balanço do exercício anterior, no caso 94, com ilegal lançamento de provisão para créditos de difícil liquidação. O senhor discorda disso? Não estou fazendo juízo de valor. Estou atestando. Isso está na Lei das S/A.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só um minutinho, Deputado Barbieri.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vou pegar a Lei das S/A, ver os artigos; vou dar para o depoente ler.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Art. 176.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quero ver se ele concorda que a lei é essa.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu tenho aqui o texto, também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu sei. Artigo...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Art. 176, §4º e §5º, Sr. Relator. É a Lei das S/A.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É a Lei nº 6.604. Está aqui.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor tem aí a questão jurídica, a questão escrita jurídica. Não estou perguntando juízo de valor; estou perguntando se não está claro aqui na lei.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A lei... O 176 diz: Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras que deverão exprimir, com clareza, a situação e o patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício. 1º) balanço patrimonial; 2ª) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; 3º) demonstração do resultado do exercício; e 4º) demonstração das origens e aplicações dos recursos. Parágrafo primeiro... O senhor disse... Que parágrafo que o senhor cita? Vamos ao §4º: "As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício; §5º. As notas deverão indicar os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, cálculos, depreciação, amortização e exaustão da constituição de provisão para encargos ou riscos e dos ajustes para atender a perda provável de realização de elementos do ativo. b) os investimentos em outras sociedades, porquanto relevantes...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Relator, se o senhor for direto no 4º e no 5º, o senhor vai ver que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu estou lendo o §4º e o §5º. Agora, estou lendo as letras do §5º, na sua totalidade.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Perfeito. Se o senhor puder pegar a letra "i".

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A letra "i". Vamos lá: "(...) os eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que venham ou possam vir...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – "... que tenham ou possam vir a ter..."

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...ter efeito relevante sobre a situação financeira e outros resultados futuros da companhia (...)"

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – É isso aí. Ou seja, você pode constar, em notas explicativas. Você fechou o balanço em 95, em agosto de 95. Você estava com uma inadimplência naquele ano de seis prestações, ou sete, não pagas pelo Estado. Você pode lançar isso em notas explicativas no balanço de 94, mas você não lançar isso no balanço de 95.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu li a lei para o senhor. Vou tentar fazer de uma forma... Por que o senhor não alertou, como Subprocurador, a existência desta lei? É essa a pergunta. A lei existe e a li para o senhor. Por que o senhor como subprocurador não alertou sobre a existência desta lei, já que o senhor era o responsável pela área jurídica?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Jurídica e referente à Comissão de Inquérito. Quem lança, quem faz tudo isso aqui, quem faz o balanço é o Conselho Diretor, que não é da minha alçada.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A Constituição Federal é clara.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor esteve na reunião que decidiu...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só um minutinho, Deputado Marcelo. A Constituição Federal é clara. Qualquer cidadão, em vendo um outro cidadão cometer um crime flagrante, tem obrigação de exercer a função de autoridade e, naquele momento, prendê-lo em flagrante por não-cumprimento da legislação brasileira. Nesse momento, o senhor, como funcionário público, jurista, tem também por determinação legal, sempre que... e mesmo que esse fato seja sigiloso, notar que o descumprimento de legislação... torná-lo público, a fim de que as autoridades competentes tomem as providências necessárias. O senhor acabou de me dizer que o senhor só não alertou porque era responsável pela área jurídica da comissão. Porém, o senhor como bacharel em Direito, conhecia a lei, tinha a obrigação de alertar, e eles, obviamente, poderiam ter aceito ou não, porque não era o senhor o conselheiro jurídico deles. Mas o senhor tinha por obrigação legal alertá-los. E a pergunta que o Deputado Marcelo Barbieri fez ao senhor eu a simplifico, dizendo: por que não alertou? É simples.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Objetivamente respondendo, Deputado: porque partindo do pressuposto de que foi tudo observado lá, por presunção da legitimidade. Isso foi feito partindo do pressuposto de que tudo isso... Quando fui a São Paulo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor não analisou...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Quando fui a São Paulo, não fui para decidir que...



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas o senhor sabia que a reunião ia tratar disso. O senhor falou aqui que o senhor estava indo pra essa reunião... O senhor levou o relatório preliminar.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Levei.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Chegou no relatório preliminar, os diretores falaram: “Não, vamos conversar, porque crédito em liquidação vamos ter que lançar...” O senhor já sabia o assunto. O senhor já sabia que ia se tratar da questão do crédito em liquidação, como o senhor confirmou que foi esse o assunto da reunião. E eu estou apontando para o senhor flagrantes ilegalidades nessa decisão que foi assinada por dois diretores do Banco Central, após essa reunião que o senhor participou. Então o Relator pergunta: o senhor não tinha por obrigação, sendo que o senhor participou da reunião, de alertar a Diretoria do Banco Central de que ela iria praticar uma ilegalidade?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, porque eu não considero como ilegalidade. Estou mostrando para V.Exa. que, quando eles falaram “vamos fazer isso”...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas, como? Estou lendo para o senhor que é ilegal. Estou lendo para o senhor. Está na lei.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. V.Exa. está me trazendo fatos que eu não tinha. Fatos, estou dizendo fatos, dados, que eu não tinha naquele momento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A Lei das S/A é clara. O senhor não pode lançar fatos e depois retroagir.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pelo que estou entendendo da resposta é que, mesmo ele tendo sido chamado, ou tendo sido interlocutor, porque, na verdade, ele recebeu da Diretoria do Banco Central pedido para fazer a reunião, ele não se preocupou em levar as leis que seriam discutidas naquele momento, porque ele achou que a Diretoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já havia tomado uma decisão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Já havia tomado uma decisão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É isso que estou entendendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O que estou entendendo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Já tinha decisão. Então, não tinha mais por que discutir aspectos jurídicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então a questão é política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ele já respondeu isso. Já havia sido tomada uma decisão política de fazer...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi exatamente isso. Eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - ... a reunião foi para convencer a Comissão de Inquérito a adotar a posição do Banco Central.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Diante disso, Sr. Presidente, vamos ter que fazer uma acareação. Eu me sinto na obrigação, Sr. Relator, de que façamos uma acareação entre o Dr. Loiola e os diretores do Banco Central, porque a colocação dos diretores do Banco Central não foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado, peço que V.Exa. formalize o requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Gostaria de consultar o Sr. Relator, ver o que ele considera, porque vamos ter de esclarecer. Porque é ponto fundamental na questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu entendo desnecessário, mas...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor acha que não há necessidade da... Fica claro que houve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Na minha opinião, fica claro pelas contradições.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Porque o Dr. Alkimar colocou aqui que de forma nenhuma tinha sido decidido, que não aconteceu essa decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Que não está no relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Tenho aqui a declaração do Dr. Alkimar quando ele diz o seguinte: “(...) essa decisão de transferir esses créditos para créditos em liquidação foi tomada pela Diretoria do Banco Central, ouvidas as



áreas técnicas do Banco Central, ouvido o Jurídico do Banco Central, baseado na Resolução 1.748, ouvidas as áreas técnicas do Banco Central, o Departamento Jurídico do Banco Central e a Diretoria do Banco Central. E eu quero esclarecer novamente: não foi nem Cláudio Mauch nem Alkimar Moura que tomaram aquela decisão; foi a Diretoria do Banco Central que resolveu inscrever os créditos em liquidação naquela data.” Ou seja, na data da reunião de que temos a ata. O que o Dr. Loiola está afirmando é exatamente outra coisa. Já havia sido decidido, que a decisão já estava tomada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ... que a reunião foi **pro forma**, que ele nem precisou ir atrás de lei, porque a lei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ...está clara: é ilegal a decisão tomada pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – E que nada disso precisou ser feito, porque a decisão era política e já tinha sido tomada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente isso.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Me permite, Sr. Presidente? Só deixar claro que isso... nessa primeira... Quando eu levei... Nessa primeira reunião que eu levei o relatório, deixei muito claro aqui que isso é uma conclusão minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sua.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Conclusão minha. Só para evitar...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Claro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Obviamente que um parecer do senhor tem um peso de alguém que trabalhou muito tempo nisso. Deputado Marcelo, a respeito da...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Acho que existem os dois depoimentos; acho que tenho de fazer a análise, o cruzamento. Se, eventualmente, V.Exa. desejar, eu, obviamente, vou dar parecer em cima do seu ofício. Porém, obviamente, como a Comissão, agora, vai ter mais tempo, acho que nós podemos



analisar os dois depoimentos, tanto dele quanto o do outro, e fazer um cruzamento de dados para saber se foi uma interpretação errada ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Inclusive com os depoimentos dos membros da Comissão de Sindicância, que reforçam a opinião do Dr. Manoel Loiola.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – A opinião do Dr. Manoel Loiola. Vou apenas fazer mais duas perguntas, Sr. Presidente. Teria várias a fazer, mas, dado o adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não há problema porque também tenho umas duas perguntas. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – São as duas do Presidente ou são as duas das duas?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – As minhas são duas mesmo. O senhor reconhece que o balancete patrimonial de 31.12.94, ultimado na gestão do Conselho Diretor do BANESPA em 8.5.95, apresentou patrimônio líquido positivo de 1 bilhão, 768 milhões, 448 mil, 378 reais e 07 centavos, ali consignados nas folhas 426 dos autos do inquérito realizado pelo Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Estou sem esse dado. Poderia verificar? Parece que consta. Se consta isso aí, eu tenho que reconhecer.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – No balancete patrimonial.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se tem esse balancete, não posso contestar de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não pode contestar.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – De jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Balancete há, o senhor teve acesso. Está aí o balancete.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – E até numerado. Do que jeito que está aqui numerado, não vou contestar de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor tinha conhecimento que essa era uma posição de balanço positivo de 1 bilhão e 768 milhões?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Isso.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Na medida em que o senhor lançou em crédito de liquidação, o Estado passou para negativo em 4 bilhões e 300 milhões.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas só quando lançaram. Deixo claro que não fui eu quem lançou.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, não foi o senhor. É que o senhor foi consultado pelo Dr. Verzola sobre isso. Nós, inclusive, questionamos o Sr. Verzola, quando esteve aqui, a respeito da carta que S.Sa. mandou ao senhor. Essa carta é um ponto fundamental do dia 29.5.95. É um ponto fundamental nesta polêmica toda, porque ela ensejou toda a polêmica. Ele deu início à polêmica do que fazer com os créditos do Estado com o BANESPA.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Deputado, só me permite, para que V.Exa. não incorra de uma informação minha em equívoco. Em nenhum momento, em nenhum momento, eu determinei que lançassem o crédito em liquidação. Em nenhum momento. Quando foi dito por Dr. Verzola: “Loiola, o Conselho Diretor não lançou até agora o balanço. Eu tenho que resolver o relatório”. Eu falei: “Isso é problema seu; você lança. Você, a lei, o art. 43 diz pode fazer a estimativa. Então, você que arca”. Ele falou: “Eu não faço”. Eu só quero deixar muito claro...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Você lança o quê? Não entendi o que o senhor falou.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA - Se você tem os elementos, não é o fato de não existir o balanço, por si só, que você vai dizer que não vai lançar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Lançar o quê?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Lançar em crédito de liquidação.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, o senhor achou que ele deveria...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Se ele tem outros elementos, ele que faça, mas ele tem que justificar. Ele que tem que justificar.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – O senhor sabe que os membros do Conselho Diretor, os terceiros que com ele contribuíram, por essa atuação dolosa ou culposa, respondem pelos danos causados, nos termos do art. 39 da Lei nº 6.024/74 e do art. 158 da Lei de S.A., como ensina o Prof. Haroldo Malheiros Verçosa, em seu livro “Responsabilidade Civil Especial nas Instituições Financeiras



e nos Consórcios em Liquidação Extrajudicial”, editora RP, 1993, págs. 73/74. O senhor sabe que poderá ser responsabilizado por essa atuação.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei. Eu não sei se posso ser responsabilizado.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Estou me baseando na lei. Estou dizendo que o senhor poderá ser responsabilizado por isso.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se o senhor entender assim, se o Judiciário entender...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não sou eu que vou entender, é o Judiciário. Estamos aqui investigando.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito, perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Mas, a depender do relatório do Relator, o senhor poderá ser enquadrado...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito, claro.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - ...judicialmente, por essas omissões a que estou me referindo.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se assim entender, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Por enquanto, é só, Sr. Presidente. Teria mais algumas perguntas a fazer, mas deixarei para a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Tenho só duas perguntas a fazer ao senhor. A primeira delas é a seguinte: o senhor sabe que, de acordo com a legislação, quando se publica o balanço, o art. 5º da 2.321, c/c o parágrafo único do art. 9 da Lei nº 6.024 obrigam que ele seja auditado e que os ex-administradores assinem os balanços e apresentem as suas ressalvas. Muito bem. O senhor tem conhecimento de que, do balanço que foi apresentado em 1997 ou 1996, os ex-administradores apresentaram suas ressalvas, e, até hoje, não foram publicadas.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não tenho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury – Mas isso aconteceu. Eles apresentaram suas ressalvas, e, lamentavelmente, não foram até agora publicadas. Boa parte das perguntas que eu faria já foram feitas, mas eu gostaria de chamar a atenção do senhor para o seguinte, para o voto da reunião do Banco Central, da qual o senhor não participou. Temos um dispositivo que diz o seguinte: “Em atendimento ao conceito da Resolução nº 1.748/90, a regra atual estabeleceu o critério de se analisar a posição por devedor, não fazendo distinção entre o setor público e privado. Nesse sentido, salvo as exceções específicas, quando o devedor estiver — chamo a atenção do senhor para isto — inadimplente com a instituição, todas as operações nas quais esteja envolvido devem ter o mesmo tratamento, mesmo aquelas vincendas. Não há como considerar um cliente como sendo parcialmente inadimplente. O não-pagamento de suas obrigações nas datas acordadas indica claramente o risco de não recebimento de parcelas futuras...” Ora, esse é o voto que foi apresentado. Havia uma parcela em atraso datada de 15 de dezembro de 1994. E aqui fala: “...o não pagamento de suas obrigações na data acordada... Nesse sentido, quando o devedor estiver inadimplente com a instituição...” Muito bem. Continuando, fala-se: “...Após decorridos 6 meses, confirmou-se como acertada a decisão adotada por este órgão, tendo em vista que, nesse período, os pagamentos ocorridos por parte do setor público foram insignificantes e decorrentes apenas da troca de títulos estaduais por títulos federais...” Ou seja, está claro aqui, está absolutamente claro que o que levou ao lançamento dos créditos de difícil liquidação é exatamente o que está nessa carta: “...decorridos mais de 6 meses do início do processo de administração especial temporária, os pagamentos ocorridos do setor público foram insignificantes...” Pergunto a V.Sa., como conhecedor profundo do assunto, como se pode retroagir o prejuízo e como se pode retroagir uma conclusão dessa.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não sabe responder. Agora, veja, o seu depoimento foi extremamente importante, porque o senhor deixou claro que levou o relatório preliminar e chegou à conclusão de que já havia a decisão do lançamento. O senhor tinha razão, porque, olhe aqui, eu vou ler para o senhor o tempo dos verbos. Preste a atenção. “...Após decorridos 6 meses, confirmou-se como acertada a decisão adotada por este órgão...” Ora, está-se



tomando a decisão no dia 6, está certo? Quer dizer, confirmou-se como acertada a decisão adotada. Quer dizer, a decisão já foi adotada quando houve a intervenção. E mais: diante do esforço, com base no contido nos art. 1º, incisos IX e II da Resolução nº 1.748, o Banco Central determinou a transferência, e não determina. Está certo? Eu chamo a atenção. Isso quer dizer... É só para confirmar que V.Sa. estava absolutamente correto na sua interpretação e não tinha de levar lei nenhuma na discussão, porque, na verdade, a decisão estava tomada há muito tempo atrás, porque se confirmou depois de seis meses. O que me chama a atenção também é que a própria Resolução cita o art. 1º, inciso IX, e o art. 2º da 1.748. O art. 2º diz assim: “Os créditos referidos nas alíneas “b” e “c” do inciso VIII do artigo anterior poderão, a critério das instituições e do Banco Central do Brasil, ser transferidos para as contas de crédito em liquidação, antes dos prazos ali estabelecidos, desde que vencidos há mais de sessenta dias”. Portanto, aqui está claramente confessado. Veja bem, o senhor sabe, o senhor considera que o art. 9º — perdão —, art. 1º, inciso IX, quando fala “a critério do Banco Central”, é a critério ou ao arbítrio do Banco Central?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É evidente, a critério do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – A critério. Então, aqui está comprovado que, ao invocar o art. 2º, está comprovado por que razão decorreu tanto tempo para a resposta da carta, porque precisava haver mais de sessenta dias, e não se poderia invocar o art. 2º e não haveria critério para isso. O senhor concorda?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Mas, Sr. Presidente, mesmo assim não poderia retroagir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, sim. Mas estou dizendo isso, por essa razão que houve tanta demora nas respostas.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Eu respeito o seu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas o senhor não discorda?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não. Eu não concordo nem discordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Muito pelo contrário.



O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor, nessa posição, vai ficar ruim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu entendo a posição do Dr. Loiola.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Eu entendo: ele está se preservando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu não acho que ele está se preservando. Acho que ele está sendo leal à instituição dele.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Então. Está se preservando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Que, lamentavelmente, cometeu todas essas arbitrariedades.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - A lei, Sr. Presidente, é clara. Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e notadamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu entendo, Deputado Marcelo Barbieri, pelo menos em uma análise preliminar, que o Dr. Loiola foi um... Ele cumpriu a obrigação dele. A decisão foi da Diretoria do Banco Central. Acho que quem deve ser colocado nessa situação é a Diretoria do Banco Central.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Ele vai, infelizmente, responder junto, embora eu ache que ele não tenha sido o principal responsável, de forma nenhuma. O principal responsável foram os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu teria só mais uma questão. O que me chama a atenção é o seguinte: o senhor sabe que foi obtida uma liminar para determinar que não fosse incluído no balanço, a título de provisão para devedores duvidosos em risco de liquidação, de passivo a descoberto, ou a qualquer outro título, o valor correspondente das dívidas do Estado de São Paulo e de suas estatais. Essa conclusão, embora tenha sido... Essa liminar, embora tenha sido levada ao Conselho Diretor, e o Conselho Diretor informa — perdão —, à Comissão de Inquérito, mesmo assim a Comissão de Inquérito, embora faça uma ressalva no final, mesmo assim a Comissão de Inquérito adota todas as medidas decorrentes do passivo a descoberto. V.Exa. não entende que, nesse caso, está se descumprindo a ordem judicial?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Por quê?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ela não é parte. Quem é parte — só para me situar, porque é passado muito tempo —, quem é parte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – A parte é... Veja bem, já havia sido enviado para o Sr. Verzola... O Sr. Verzola já havia enviado para o Presidente da Comissão... O Feitosa já havia enviado para o Presidente da Comissão aquela carta do, aproximadamente, mais ou menos, como se o BANESPA fosse um botequim. Mais ou menos 4 bilhões, não é, aquela carta que o senhor já conhece. Agora, a liminar foi contra o Banco do Estado de São Paulo, para que ele não incluísse no seu balanço. Só que a decisão do juiz, ela é uma decisão que não diz... Diz expressamente aqui: "Ante o exposto, defiro liminar para determinar seja o requerido citado e intimado na pessoa do seu representante legal, para que abstenha-se de incluir no seu balanço de 94, a título de provisão para devedores duvidosos, etc., o valor correspondente das dívidas do Estado de São Paulo e de suas estatais, que não estariam vencidas até aquela data. E caso já tenha sido ultimado o referido balanço, que impeça a sua publicação, bem como para, se quiser, oferecer resposta em cinco dias". Então, veja que uma cópia da medida liminar foi encaminhada pelo Presidente do Banco, pelo Presidente do Conselho Diretor, ao Presidente da Comissão de Inquérito. E mesmo assim ele faz todos os lançamentos baseando-se na carta anterior, descumprindo, portanto, a decisão judicial.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sr. Presidente, só se descumpre quando existe uma ordem endereçada àquela pessoa. E não existiu nenhuma ordem para o Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não estou falando do Banco Central. Estou falando da Comissão de Inquérito.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A Comissão de Inquérito é o Banco Central do Brasil. Então, não era, não é parte. Então, se ela não é parte, ela é totalmente estranha. Vamos convir o seguinte: eu, hoje, recebo uma liminar, ela diz respeito a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, mas veja bem. Desculpe. É uma situação diferente. Se o Presidente do banco tivesse recebido essa



liminar e não tivesse mandado cópia — ela é, inclusive, citada no balanço, no relatório, está certo —, eu concordaria com o senhor. Mas, a partir do momento que há uma ordem para não lançar no balanço, se abstenha de lançar, está certo, e em toda a conclusão do inquérito ela continua contrariando exatamente essa determinação, o senhor acha que...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Só para complementar: o Banco Central era o interventor do BANESPA.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O Banco Central tem outra personalidade jurídica. Tanto é que... O senhor me permite? Tanto é que essa ação tramitou, salvo engano, na Justiça estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, depois foi para a Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, foi para a Justiça Federal.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Depois. Mas, primeiro, essa decisão que o senhor está lendo aí é da Justiça estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sim.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Porque não pode o Banco Central ter foro de Justiça Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas o Banco Central do Brasil pediu para ser incluído na ação.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Exatamente. Posteriormente, já em juízo, os ex-administradores ingressaram — me permitam, se eu estiver equivocado — com alguma medida cautelar para que não fosse distribuída, alguma coisa assim, para impedir o prosseguimento daquela ação de responsabilidade, até mesmo a instauração da ação de responsabilidade. Mas isso aqui... Então, é isso o que eu quero mostrar. No meu entendimento, não houve descumprimento. Quando falo em descumprimento, pode até ter havido? Pode. Até ter havido do Conselho Diretor. Mas eu respondo pela Comissão de Inquérito. A Comissão de Inquérito não está sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como não está sabendo? Ela recebeu o ofício.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas ela não é parte.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas se ela recebe um ofício... Tanto que é citado. Por que, então... Eu pediria a conclusão do inquérito. Por que, então...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ela diz, mas ela não é parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ela quer procurar se resguardar. Eu queria a conclusão para ler para o senhor, para ver como ela tinha conhecimento, pleno conhecimento.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tinha, mas ela não é parte proferida. Se fosse parte, para um juiz incompetente, que seria a Justiça Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, espere lá. Mas não foi isso o alegado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não foi isso o alegado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não estou dizendo que alegou.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Tanto o juiz era competente que não publicaram o balanço.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mas aí estamos falando da parte processual.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sim, parte processual. Mas, do ponto de vista legal, o efeito praticado pelo juiz teve efeito legal. O balanço não foi publicado. E a Comissão colocou no relatório final essa colocação da liminar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Nas últimas páginas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Há uma ressalva expressa.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Com letra maiúscula, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É. Os senhores estão vendo que são só duas perguntas, com algumas subperguntas.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor tomou conhecimento da liminar? O senhor tomou conhecimento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Tomei conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - E o que o senhor falou para o Dr. Verzola? Não falou nada? Não se referiu a isso?



O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não, a liminar, foi o que eu perguntei para o Presidente, a liminar não era contra o Banco Central do Brasil, era contra o Conselho Diretor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Sim.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O Conselho Diretor é outra coisa. Ele resolve por lá.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Mas por que a Comissão de Inquérito, então, se referiu à liminar no relatório?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se referiu como conclusão — não sei quem foi que falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É o próximo volume. O volume 41.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - O senhor não leu isso?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – O quê?

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Que ele incluiu?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Incluiu. Não há problema. Tanto é que eu vi isso aqui e eu mandei, mesmo assim, para o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Enquanto o senhor não... A título de curiosidade... Veja bem, essa é uma reportagem de 21 de dezembro de 1995. Essa reportagem diz o seguinte: “Prejuízo do Banco Central. O Conselho Monetário Nacional aprovou ainda” — fala de várias decisões do Conselho Monetário Nacional — “um artifício contábil para evitar que o balanço do Banco Central, de 95, seja oficialmente de uma instituição quebrada. Os dois bilhões e seiscentos milhões de prejuízo da instituição serão computados à parte, em uma conta especial para este fim, até que sejam decididas as fontes de financiamento do rombo. Se isso não fosse feito, o Banco Central teria o que é chamado tecnicamente de patrimônio líquido negativo, ou seja, as dívidas das instituições seriam maiores que a soma de todos os seus bens. Segundo Loyola, o prejuízo foi provocado pelas políticas cambial e monetária”. Uma das razões que foi apontada pelos vários depoentes, inclusive do Banco Central, para justificar o RAET foi exatamente a ausência de liquidez. E ontem tivemos uma longa exposição em que se mostrou o impacto da política cambial e da política monetária nos bancos estaduais. Inclusive,



o senhor, que cuidava especificamente desse assunto, deve saber que, além do BANESPA, havia oito bancos na mesma situação, está certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – No entanto, somente em relação ao BANESPA, e com essa decisão que li para o senhor, que eu não acredito que tenha passado pelo senhor. Aliás, tenho certeza que sobre esse voto o senhor não deu palpite nenhum.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – E o Loyola que se fala na reportagem com certeza não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não é. É o outro Loyola. Tenho certeza absoluta de que esse voto que quer justificar o lançamento é absolutamente... não passou pela sua mão, porque eu acredito e vejo pelas suas respostas que o senhor é competente para fazer um trabalho muito melhor do que o que está aqui, porque está completamente furado. Mas, de qualquer forma, o senhor veja que exatamente o Banco Central alega, em 95, o impacto da política cambial e da política econômica. Por que, em relação aos outros bancos, não se deu o mesmo tratamento?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não sei responder. Esse é assunto fora do jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Obrigado. Só estou atrás da...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Não estou achando a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O relatório final.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Se me permitir, até para facilitar, o relatório eu conheço, que ele fez uma ressalva dessa liminar. Mas é o que estou insistindo: não há impedimento, não há um comando para o Banco Central do Brasil. E isso não impediu o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas veja bem, doutor, se há uma determinação...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - Está aqui, Sr. Presidente: “Ressalvamos”...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quando vem a conclusão, diz o seguinte: “Ao final das providências, a Comissão solicitou ao Sr.



Presidente do Banco Central e ao Sr. Presidente do Conselho Diretor do BANESPA um encaminhamento das demonstrações financeiras, com o objetivo de juntá-las aos autos. Ocorre, no entanto, que na mesma data, ao final do dia, o Conselho Diretor do BANESPA foi intimado pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 31ª Vara Cível da Capital. Diante desse fato novo, o Conselho Diretor do BANESPA dirigiu correspondência a esta Comissão. Portanto, eles tomaram, manifestando que impossibilitado estava de apresentar as aludidas demonstrações financeiras, embora as mesmas já tivessem sido elaboradas, observados os termos e critérios do expediente” — que é a carta que nós já lemos. “E, portanto, contemplando situação de passivo a descoberto, cuja publicação a liminar antes referida proibiu. Por essa situação, esta Comissão vê-se impedida de juntar aos autos do balanço de que se trata, não havendo fisicamente tempo hábil para aguardar decisão final na ação cautelar antes comentada, presente fato fatal”, etc. Todo o relatório... Na verdade, aí vem uma ressalva: “Considerando, como antes explicitado, que se encontra **sub judice** a questão relativa ao balanço da instituição, especificamente quanto à inscrição da dívida do Estado de São Paulo junto ao BANESPA em conta de crédito em liquidação, considerando que da solução definitiva da pendência no âmbito judicial é que dependerá efetiva existência ou não de passivo a descoberto, considerando as implicações legais decorrentes da situação exposta no item precedente, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei nº 6.024, considerando a ausência de tempo para aguardar, ressalvamos que a eventual decisão judicial final favorável no sentido do não reconhecimento pelo BANESPA dos créditos contra o Estado como de difícil liquidação e a conseqüente não existência de passivo a descoberto implicarão alteração na conclusão oferecida por esta Comissão. E caso seja o inquérito remetido por este Banco Central no exercício de ato de competência ao Poder Judiciário, caberá, por óbvio, ao citado Poder Judiciário manifestar-se sobre a sua conclusão. Então, veja, eles tinham pleno conhecimento. Falam como o Banco Central e mesmo assim mantiveram a conclusão do relatório. Na minha opinião, com uma decisão dessas — é a opinião que eu dou, respeito a opinião do senhor —, mas na minha opinião esse relatório não poderia ter sido publicado.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É encaminhado ao Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, não poderia...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Prosseguir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não poderia prosseguir, enquanto não se resolvesse essa questão, que é fundamental. E com as consequências dela decorrentes. Está certo? São 118 pessoas, não, 116, porque duas já morreram, e morreram em razão disso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pessoas que perderam os bens, perderam a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, me parece...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI - É fácil a gente falar aqui, mas as pessoas, o que elas sofreram, não se repara mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Por isso que entendo que, diante de uma liminar dessa importância, tinha que parar por ali.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Respeito o ponto de vista de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Uma última pergunta — e agora é a última mesmo. O senhor disse que esteve presente na reunião citada pela **CartaCapital**, que o diálogo não foi da forma estrita, mas foi mais ou menos dentro do contexto. Veja bem, todos os funcionários — perdão —, todos os membros da Comissão de Inquérito eram funcionários do Banco Central. Todos. Está certo?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O senhor também, responsável pela fiscalização daquela área, embora o senhor praticamente não tenha... Se manifestou, mas o senhor disse poucas vezes. Presente a Diretoria do Banco Central, com uma decisão que contrariava o relatório preliminar. Qual foi o clima da reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não notei nada diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como nada diferente? O senhor disse que foi a única que o senhor fez em toda a sua vida.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, era uma reunião diferente.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. Reunião diferente, mas não notei nada diferente de uma reunião como outra qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como nada diferente? Veja bem, o senhor já disse, está admitido até no voto, está certo, mas o senhor já



afirmou aqui também para nós que, desde o início, o senhor sentiu que já havia uma decisão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está certo? Agora, imagine o senhor: a Comissão de Sindicância se reúne com a Diretoria do Banco Central. A Diretoria do Banco Central, pelo que o senhor estava nos afirmando, chegou e falou assim: "Olha, isso daqui... Nós não vamos aceitar esse relatório. Nós queremos lançar o passivo a descoberto e os senhores têm de obedecer". Ou não?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Como é que foi a reunião?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – É só ler a **CartaCapital**. Nem a **Carta Capital** diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, então, o senhor confirma que foi nos termos, mais ou menos...

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Mais ou menos, nos termos da **CartaCapital**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Da **CartaCapital**?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Isso. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E o senhor confirma também que, inclusive, um dos membros da Comissão de Inquérito pediu que viesse a ordem por escrito.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Foi?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Foi, claro. E isso aí — só a título de esclarecimento para a Comissão —, isso é orientação minha, que eu dava para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Todas. Quando eu dei, nesse caso: "Formalize". Está certo? Então, ele não pode dizer: "Olha, a direção disse e depois o senhor imagina o que aconteceria hoje, sete anos depois". Quem ia assumir essa responsabilidade. Não é isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Para terminar: então, a responsabilidade pelo lançamento dos créditos em liquidação, dos créditos que o BANESPA possuía junto ao Estado de São Paulo, foi uma determinação expressa da Diretoria do Banco Central.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E, diante disso, a Comissão de Inquérito não teria outra alternativa, porque era uma ordem?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Não. A ordem de quê? A ordem, não. A ordem de lançar, a decisão de lançar em crédito de liquidação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, a decisão.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – E resultou, como consequência, no passivo negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, essa ordem foi dada nessa reunião.

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – Ordem, não. Foi a decisão, comunicada a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Foi comunicada a decisão nessa data?

O SR. MANOEL LUCÍVIO DE LOIOLA – A decisão, nessa data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Estou satisfeito com os esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco as seguintes reuniões para a próxima semana: terça-feira, às 15h30min, no Plenário 9, audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Eliseu Martins, ex-Presidente da FIPECAFI; quarta-feira, às 14h30min, na sala de Consultoria de Orçamento, reunião fechada dos membros da Comissão com a seguinte pauta: reunião administrativa. Vamos tratar de verificar o que já foi colhido e os próximos passos; quinta-feira, 29 de novembro, às 10h, reunião com a seguinte pauta: audiência pública para tomada de depoimento da testemunha, Sr. Marcelo Terraza, técnico da subsede do DIEESE em São Paulo. Agradecendo ao Dr. Manoel Lucívio de Loiola pelos esclarecimentos, pela contribuição extremamente importante que o senhor deu a esta Comissão, declaro encerrados os trabalhos.